Câmara de Comércio do
Norte de Cabo Verde
North Chamber of Commerce

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS 2021

www.camara.cv

REDE **EMPRESARIAL** NORTE

Ser membro da Câmara de Comércio de Barlavento significa fazer parte da maior e mais prestigiada agremiação empresarial do país. É ter o suporte institucional de uma instituição centenária de promoção empresarial na resolução dos constrangimentos que insistem em perturbar o ambiente de negócios. É estar a par das oportunidades de mercado e informações legais concernentes.

Ser associado é simples

O associativismo é uma das maiores vantagens competitivas no mundo dos negócios. A integração do associado (pessoas coletivas ou profissionais individuais) é um processo simples que dura 24 horas. Para tal, saiba que:

- A inscrição torna-se efetiva após o pagamento de uma Joia no valor de 1.000 (mil) ECV, e da quota inicial;
- Existe uma tabela de preços para os serviços prestados pela CCB;
- Os sócios ordinários gozam de um desconto na ordem de 25% em todos os serviços promovidos pela CCB;
- Os sócios com quota anual regularizada gozam ainda de um desconto complementar de 10%.

Quem pode ser Sócio Parceiro?

Algumas empresas gozam do estatuto de Sócio Parceiro da CCB, determinada por um valor mínimo da quota fixada em 10.000 ECV, ou devido a acordos especiais de parceria.

Empresas e consultores individuais, prestadoras de serviços especiais (formação, assistência técnica especializada, etc.) podem também beneficiar deste *status*, através do acordo de acumulação de horas de colaboração a favor da instituição.

Contrapartidas ao Sócio Parceiro

- Publicidade em todas as páginas do portal da instituição, na *Newsletter* institucional, no Suplemento Empresarial, no "Guia" do Cartão do Empresário e em espaços nobres de eventos públicos.

Para esta categoria, os descontos em relação aos serviços inscritos no portefólio da CCB são negociados no momento da inscrição.

CÂMARA
DE COMÉRCIO DE **BARLAVENTO**

Quem somos

Somos a maior e a mais antiga agremiação empresarial do país.

Percorremos um longo caminho desde a fundação até a presente data, buscando consolidação institucional e afirmação enquanto entidade representativa do empresariado regional. As nossas raízes remontam 1918, o ano da fundação da ACIAB.

Integram a nossa rede empresarial centenas de membros associados, entre os quais profissionais liberais, micro, pequenas, médias e grandes empresas, e associações da classe.

Somos o parceiro credível e indispensável de qualquer empresário que procura estabelecer negócio na região Norte de Cabo Verde.

Estratégia de Intervenção

A nossa estratégia passa por transformar as condições em que os empresários da região desenvolvem as suas atividades, reduzindo ao mínimo os constrangimentos que impedem a melhoria contínua do ambiente de negócios.

Criamos condições para que o empreendedorismo qualitativo se imponha e frutifique na região, visando uma densificação do tecido empresarial privado e, por essa via, a criação de empregos sustentáveis.

Promovemos e assessoramos a exploração de todas as potencialidades económicas da região, particularmente das novas áreas de negócio geradoras de rendimentos, de empregos, e indutoras de crescimento económico.

Estrutura Organizacional

Sendo a primeira organização certificada (ISO 9001:2008) em Cabo Verde, a melhoria contínua dos processos constitui o norte institucional.

O empresário está no centro das nossas atenções e, por isso, cerca de 75% dos recursos da instituição são canalizados para a capacitação empresarial.

Cobrimos a totalidade das ilhas habitadas da região Norte do país através de uma rede de Delegações estabelecidas nas ilhas de Santo Antão, São Nicolau, Sal, e Boa Vista.

Órgãos Sociais

São órgãos sociais da CCB: a Assembleia-Geral, o Conselho Fiscal e a Direção, eleitos para um mandato de 4 anos. Atualmente tem a seguinte estrutura organizacional:

Mesa da Assembleia

Presidente - Maria Teresa Graça, Representante da Fly Viagens e Turismo, Lda.
Vice-presidente - Frantz Monteiro dos Reis Tavares, Representante da Decameron CV S.A.
Secretária - Tânia Sofia Gomes, Representante da Sossir, Lda.

Conselho Fiscal

Presidente - Paulo Monteiro, Representante da GARANTIA, SA
Vogais:
Pedro Medina, Representante da MATEC, S.A.,
José Gomes Lima, Representante da Limage, Lda.

Direção

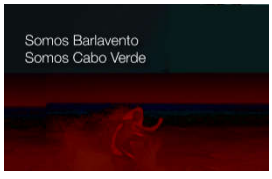
Presidente - Jorge Pimenta Maurício, Representante da TRANSLOGISTIC, LDA
Vice-Presidente - Suzana Mões Joaquim, Representante da Drogaria do Leão, Lda
Vogais Efetivos:
Filomena Fonseca Santos, Representante da Fonseca & Santos
Helena Rebelo Rodrigues, Representante de Helena Rebelo Rodrigues
Mário Gomes Mariano, Representante da Purágua, S.A.
Helena Sofia Fortes, Representante da HF – Mediação e Imobiliária, Lda
Victor Jorge Lúcio Rocheteau, Representante da Tropictur, Lda.
Vogal Suplentel: José António Lima, Representante da Bento, S.A.

Santo Antão – Alcinda Andreza Lima, Representante da Cooperativa Pares
Sal – Manuel Adrião, Representante da SOCOL, Lda.
São Nicolau – Alexandre Lima, Representante de Renta-a-Car Lopes, Lda.
Boa Vista – Paulo Santos, Representante da EDEAL – Consultoria e Serviços, Lda

Equipa Técnica

A capacidade técnica da instituição reside numa equipa multidisciplinar e dinâmica que, no processo de assistência técnica às empresas, é apoiada por uma rede de consultores nacionais e internacionais, com competências em todas as áreas da atividade empresarial.

As necessidades das empresas associadas, distribuídas pelas 5 ilhas do Norte de Cabo Verde, são avaliadas periodicamente através de contactos e visitas regulares, durante as quais se questionam os aspetos genéricos e específicos relacionados com o ambiente de negócios, e, naturalmente, com o desempenho da instituição.



ÍNDICE

SEDE (Mindelo)

Rua Boa Vista, 45 Esquerdo
Mindelo, São Vicente, Cabo Verde
C.P.: 728
Telefone: +238 232 84 95
E-mail: gil.costa@camara.cv

DELEGAÇÃO SANTO ANTÃO

Porto Novo
Telefone: +238 222 80 13
E-mail: nivaldo.oliveira@camara.cv

DELEGAÇÃO S. NICOLAU

Ribeira Brava
Telefone: +238 235 20 18
E-mail: gerson.araujo@camara.cv

DELEGAÇÃO SAL

Espargos
Telefone: +238 241 37 11
E-mail: celio.evora@camara.cv

DELEGAÇÃO BOA VISTA

Sal Rei
Telefone: +238 251 22 79
E-mail: gilda.delgado@camara.cv

		Pág.
[1]	**Mensagem do Presidente**	**6**
[2]	**Dados da Economia - 2021**	**7**
[3]	**Atividades Corporativas**	**8**
[3.1]	**Capacitação Institucional**	**8**
[3.1.1]	Auscultação às Empresas	9
[3.1.2]	Cooperação técnica e interinstitucional	9
[3.1.3]	Competências Delegadas pelo Estado	11
[3.1.4]	Incubadora Multissetorial de S. Vicente	12
[3.1.5]	Gestão Participada da FIC, S.A.	13
[3.1.6]	Fundo AFROVERDE – Alienação do capital	14
[3.1.7]	Complexo Industrial e Logístico – CIL	15
[3.1.8]	Sociedade de Informação ao Crédito - CREDITINFO	15
[3.1.9]	Entidade Certificadora Nacional Privada	16
[3.10]	Sociedade de Gestão da Zona Industrial do Lazareto - SGZ	16
[3.11]	Plano de Comunicação e Marketing	17
[3.12]	Sistema de Gestão de Qualidade ISO 9001:2015	17
[3.13]	Gestão de Recursos Humanos	18
[3.14]	Política de Gestão dos Associados	19
[3.2]	**Promoção Empresarial**	**21**
[3.2.1]	Programa de Assistência Técnica	21
[3.2.2]	Janela do empresário (Balcão da Casa do Cidadão)	22
[3.2.3]	Principais Formações e Eventos Promovidos em 2021	22
[3.2.4]	Principais Feiras e Missões Empresariais	26
[3.2.5]	Incubação de ideias de negócio	27
[3.2.6]	Comércio Externo e Licenciamento	27
[3.2.7]	Certificação (preferenciais e não preferenciais)	29
[3.2.8]	Apoio a Internacionalização	30
[3.2.9]	Mobilização de financiamentos, atração de investimentos e Gestão de Projetos	30
[3.2.10]	Assessoria Jurídica, Arbitragem e Conciliação	31
[4]	**Relatório Financeiro**	**32**
[4.1]	Analise – Realização do Orçamento	32
[4.2]	Análise Financeira 2021-2020	36
[4.3]	Realização do Orçamento de Investimento	37
[5]	**Anexos**	**38**
[5.1]	Mapa do Desvio Orçamental	38
[5.2]	Análise Financeira 2021-2020	39
[5.3]	Balanço 2021-2020	40
[5.4]	Demonstração de Resultados 2021-2020	40
[5.5]	Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados	41
[5.6]	Relatório da Auditoria Externa 2021	49
[5.7]	Relatório do Conselho Fiscal 2021	52
[5.8]	Balancete 2021	56
[5.9]	Legislação Publicada em 2021	61

[1] Mensagem do **Presidente**

Prezados Associados,

A assunção da liderança institucional para o mandato 2020 – 2024 assenta no firme compromisso de tudo fazermos para reorganizar a instituição de forma a poder ser subsequentemente reposicionada enquanto interlocutor privilegiado do setor privado, reforçando assim a notoriedade e o peso institucional para, a todo tempo, podermos reclamar, pela via do associativismo participativo e de forma altruística, por mais e melhores condições e benefícios para o setor privado.

O início deste nosso mandato ocorreu em plena crise sanitária internacional (COVID-19), cujo impacto económico tem sido transversal a todos os países e setores de atividade, demandando assim desta Câmara de Comércio uma intervenção constante, consentânea e assertiva, em prol das empresas e do emprego.

Outrossim, e não menos importante, a história económica tem demonstrado que as crises têm sido cíclicas, pelo que, não obstante estarmos conscientes da necessidade de uma reavaliação contínua das medidas de mitigação e dos efeitos nefastos desta crise, o foco na promoção empresarial nos impele a trabalharmos, desde já, no processo de preparação da imprescindível retoma económica, cujo suporte passa antes de tudo pelo reforço da liquidez das empresas e pela criação de mecanismos adicionais propícios ao reinvestimento, expansão e consolidação dos negócios.

Ao desenharmos o Plano de Atividades e o Orçamento para 2021, num cenário prenhe de incertezas, ousámos estabelecer indicadores internos de pré-crise, tendo, no final do ano em apreço, sido registados dados surpreendentes, conseguido, inclusive em alguns processos, registar um crescimento positivo, comparativamente a 2019 e 2020, como é o caso do processo de recuperação de antigos associados e a adesão de novos associados; a capacitação profissional, tanto em número de ações realizadas como em número de participantes; a assistência técnica, intra e interempresas, bem como o licenciamento comercial, a principal fonte de receitas desta instituição.

A nível da gestão contabilística e financeira, os dados validados pela auditoria externa atestam que as contas de 2020 representam, de forma verdadeira e apropriada, a situação financeira a 31 de dezembro de 2021, devendo destacar uma redução em 63,43 % do valor anteriormente registado na situação líquida (de -875.000 ECV, em 2020, para -320.000 ECV, em 2021), graças à contenção das despesas, ao aumento dos rendimentos, e à implementação de projetos novos e outros anteriormente pendentes.

Cordialmente,

Jorge Pimenta Maurício
Presidente da Direção

[2] Dados da **economia** – 2021

Antes da pandemia da COVID-19, Cabo Verde experimentava um crescimento económico robusto, liderado por um setor do turismo pujante e fortes reformas estruturais. Entre 2016 e 2019, o crescimento médio anual foi de 4,7% (3,4% em termos *per capita*).

Com o advento da crise internacional, e por conta da paralisação do setor do turismo (que representa 25% do PIB e movimenta quase 40% de toda a atividade económica), o PIB contraiu 14,8% em 2020 (15,7% em termos *per capita*), uma recessão económica sem paralelo histórico e a segunda maior recessão na África Subsaariana.

Todavia, a aceleração do processo de vacinação, ainda em curso, e a redução do número de casos, possibilitou a antecipação do alívio das restrições sanitárias à atividade económica e propiciou, consequentemente, um cenário favorável à retoma gradual da atividade económica.

Em 2021, e mesmo estando ainda no pico da crise, Cabo Verde registou "sinais claros" de retoma económica, como demonstram as estatísticas divulgadas ao longo do ano por diversas instituições nacionais e internacionais, depois de em 2020 ter vivido a maior recessão económica da história recente.

Os dados divulgados pelo INE referentes ao terceiro trimestre de 2021 confirmam a reabertura da maior parte dos hotéis e a abertura de novos empreendimentos, que conjugado com a redução progressiva da adesão das empresas ao *lay off* adotado pelo Governo, em abril de 2020, e subsequentemente renovado por cinco vezes até dezembro de 2021, têm sido percebidos como sinais claros de retoma.

A estes registos, deve-se acrescentar ainda o setor dos transportes, particularmente o marítimo, em que o aumento do tráfego portuário, tanto de cargas como de passageiros, contribuiu igualmente para dinamizar a economia.

Por outro lado, 2021 fica igualmente marcado pelo aumento, quase que generalizado, dos preços, derivado sobretudo pelo aumento dos preços dos combustíveis, impactando negativamente nos preços da eletricidade e de outros bens, sobretudo os alimentares.

A crise nos transportes internacionais ajudou a retrair ainda mais a produção, tanto na indústria como na construção civil, sendo que nesta última o aumento generalizado dos preços dos materiais de construção, bem como o aumento exponencial do prazo de entrega das encomendas internacionais, têm trazido enormes constrangimentos à tesouraria das empesas locais que ora se debatem para tentar renegociar os contratos de empreitadas assinadas a preços fixos.

Para 2022, o Banco Mundial estima um crescimento económico médio de 5,1% para Cabo Verde, uma taxa idêntica à prevista inicialmente para 2020, e que se estende até 2023.

[3] Atividades Corporativas

A promoção do desenvolvimento das atividades económicas, a dinamização do associativismo empresarial, bem como a defesa dos interesses dos agentes da região de Barlavento, requerem não só uma visão consentânea e uma estratégia clara, como uma liderança forte, que deverá estar plasmada numa forte agenda de capacitação institucional e empresarial, suportadas por uma eficiente rede de parceiros.

Neste quadro, as atividades corporativas previstas para o ano económico de 2021 advieram não só dos projetos inscritos no respetivo Plano de Atividades e Orçamento 2021, como também das atividades em carteira dos nossos parceiros, devendo ressaltar que ainda que 2021 tivesse sido igualmente um ano de crise, a implementação das medidas de segurança sanitária eficientes, conjugadas com a alta taxa de vacinação em vigor no país, permitiram o alívio das restrições sanitárias à atividade económica, e propiciaram um cenário favorável à retoma das atividades e à implementação gradual dos projetos plasmados na agenda de capacitação institucional e empresarial.

[3.1] Capacitação Institucional

Sendo o primeiro ano de liderança institucional da Direção recém eleita, a estratégia de intervenção iniciou, uma vez apresentada o elenco camarário aos associados, com a apresentação institucional junto dos parceiros nacionais e internacionais, garantido desta forma a continuidade das excelentes relações que até agora têm norteado a cooperação interinstitucional, como são os casos: o Governo, os Ministérios e serviços desconcentrados, as instituições multilaterais (Nações Unidas, Banco Mundial, e Cooperação Luxeburguesa), o ecossistema de promoção empresarial (Pró-Empresa, Pró-Garante, Pró-Capital e CVTrade Invest), e, não menos importante, a rede de embaixadas dos países parceiros (Portugal, Espanha, e Angola) residentes no país.

A revitalização dos dossiers até então em negociação, e cuja conclusão impacta diretamente na dinâmica empresarial e na melhoria contínua do nosso ambiente de negócios, também mereceu igual primazia no tratamento, particularmente os dossiers de delegação de competências do Estado; a entrada em funcionamento da Incubadora Multisetorial, em São Vicente; o processo de cedência de capital social da FIC, S.A.; a venda da participação da CCB no capital social do Fundo AfroVerde; bem como o projeto da construção de um complexo industrial e logístico no parque industrial do Lazareto (CIL).

[3.1.1] **Auscultação** às Empresas

Após o empossamento dos novos órgãos sociais e a imersão da nova Direção nos dossiers internos, visando a perceção no detalhe das suas especificidades, foi realizada, por condicionalismos da COVID-19, encontros virtuais via ZOOM com os associados e empresários de cada ilha, para, num primeiro momento, proceder à apresentação institucional e do plano mandato 2020 - 2024, e, aproveitando o momento, para auscultar o tecido empresarial local relativamente aos impactos da COVID-19 no mercado e nas empresas, e, naturalmente, os habituais constrangimentos que persistem em dificultar o ambiente de negócios.

Das situações elencadas pelos presentes, que participaram ativamente no encontro, as questões que mereceram maior destaque e concordância entre a classe foram:

- Necessidade de uma fiscalização mais acutilante do IGAE para disciplinar o mercado, sobretudo nestes tempos de crise (produção industrial, e, em particular, do grogue, comércio informal, etc.);
- Necessidade de levantamento do embargo aos produtos agrícolas de Santo Antão;
- Necessidade de transporte inter-ilhas regular e a custos competitivos, de forma a permitir um eficiente escoamento de pessoas e mercadorias (marítimo e aéreo);
- Dificuldades no acesso ao crédito e a necessidade de uma maior abertura do ecossistema financeiro para os projetos das *star-up's*, bem como das micro e pequenas empresas;
- Política fiscal amiga do contribuinte (pagamento parcelado das dívidas fiscais; possibilidade de encontro de contas, etc.).

O atendimento diário e a assistência técnica às empresas, tanto na Sede como na rede de Delegações, permitiram ainda à CCB acompanhar de perto os efeitos do impacto da crise no tecido empresarial local, permitindo intervir junto do Governo, cuja abertura nas negociações diretas ou em sede do Conselho de Concertação Social, permitiu a sucessiva renovação do *lay-off* e moratórias durante o ano em apreciação, bem como a inclusão no OGE 2022 de um plano consistente de retoma, com particular incidência na recapitalização das empresas e na manutenção dos empregos.

[3.1.2] **Cooperação** Técnica e interinstitucional

A cooperação técnica e institucional, enquanto um dos principais vetores das relações com entidades nacionais e internacionais, reveste-se de uma importância estratégica para a CCB, visto que tem permitido a instituição não só explorar como potenciar múltiplas vantagens e oportunidades, particularmente no que concerne à mobilização de recursos (humanos, financeiros e tecnológicos), em prol da melhoria do ambiente de negócios e suporte a iniciativas empresariais locais.

A cooperação com o Governo, através das estruturas ministeriais e serviços desconcentrados, e, mais recentemente, com a própria Casa Parlamentar e todos os

grupos com assento no Parlamento, permitiram que a CCB contribuísse no processo de redação de várias propostas legislativas e instrumentos jurídicos com impacto na atividade empresarial, através da emissão regular de pareceres técnicos, de forma a garantir a incorporação nestes instrumentos legais, da visão e preocupações do setor privado.

Outrossim, a intermediação interinstitucional foi ainda levada a nível da diplomacia económica, com encontros de trabalho presenciais com as Embaixadas de Angola, Espanha, Noruega e Portugal, nas pessoas dos respetivos embaixadores e encarregados de negócio, e, não menos importante, com as Nações Unidas, na pessoa da sua Coordenadora Residente, visaram mobilizar e operacionalizar projetos de cooperação técnica e institucional, em consonância com os desafios atuais e oportunidades de negócio na Região de Barlavento.

A internacionalização dos negócios, processo de solicitação e emissão de vistos empresariais, e ainda a possibilidade de acesso a fundos internacionais através de *joint ventures* ou investimento Direto Estrangeiro também constaram da agenda de trabalho.

Encontro com a Coordenadora Residente das Nações Unidas.

Encontro com a Embaixadora da Noruega em Lisboa.

Encontro com a Embaixadora do Reino da Espanha em Cabo Verde.

Encontro com o Embaixador de Portugal e o Coordenador da AICEP em Cabo Verde.

No que concerne à cooperação interinstitucional, enquanto suporte a iniciativas empresariais locais, em 2021 a CCB desenvolveu, assinou e operacionalizou projetos e programas com instituições congéneres, com foco na promoção e capacitação do setor privado e no reforço do associativismo empresarial, devendo destacar:

- Protocolo com a Câmara de Comércio Bilateral República Checa/Cabo Verde;
- Protocolo com a Confederação da Associação dos Jovens Empresários de São Tomé (CAJENSB/STPD);
- Protocolo com a Associação dos Empresários Chineses em Cabo Verde.

Outrossim, convêm ainda referir os protocolos em fase de discussão e posterior assinatura, como são os casos:

- Protocolo com a Câmara de Comércio da Guiné Bissau;
- Protocolo e estatutos inerentes à criação da Câmara de Comércio Bilateral Angola/Cabo Verde.

[3.1.3] Competências Delegadas pelo **Estado**

O processo de delegação de competências teve a sua génese no ano de 2000, com a autorização do então Ministério da Industria e Comércio para o exercício do serviço público do licenciamento da atividade de importação, comércio a grosso e exportação, tendo como principal objetivo delegar para melhor servir, estribando no conceito de que a gestão privada de um serviço público por uma entidade de promoção empresarial traria uma melhoria contínua ao processo, a bem da melhoria do ambiente de negócios.

Volvidos 17 anos (2017), e com claros ganhos contínuos na gestão do processo, conseguindo inclusive reduzir o tempo então legalmente estabelecido de 2 semanas para os atuais 24 horas para a emissão das licenças, graças à simplificação gradual da legislação concernente, à adesão de Cabo Verde à OMC (2007), implementação do projeto *improving business life cicling*, e à transição digital para o licenciamento *on-line* através da plataforma IGRP (*Integrated Goverment Resource Planning*), foi assinado, em 2018, um contrato programa para agora também assumirmos, igualmente por delegação de competências, o Licenciamento industrial e a emissão de certificados de origem, almejando, à semelhança do licenciamento comercial, a melhoria contínua dos processos e eficiência na sua expedição.

A Câmara de Comércio de Barlavento tem sido um parceiro privilegiado tanto da Presidência da República como do Governo, razão de já termos tido encontros de trabalho com as Excelências, o Senhor Presidente da República; Primeiro-ministro; Vice-Primeiro Ministro e Ministro das Finanças e Economia Digital; Ministro da Indústria, Comércio e Energia; bem como com a Senhora Secretária de Estado para o Fomento Empresarial, tendo sempre na agenda os desafios do setor empresarial nacional e a defesa dos interesses da classe.

Encontro com a S. Excelência o Sr. Vice-Primeiro Ministro e Ministro das Finanças.

Encontro com a S. Excelência o Sr. Presidente da República.

[3.1.4] **INCUBADORA** Multissetorial de S. Vicente – **Abertura Oficial**

Na base de um contrato de delegação de competências assinado em 2019 com a Pró-Empresa, a CCB assumiu o desafio estratégico da gestão da Incubadora Multissetorial de São Vicente (IMSV), de forma a disponibilizar todo o suporte técnico e logístico às iniciativas empresariais a nível do *start-up* jovem e do mico empreendedorismo, enquanto instituição com uma larga experiência na promoção empresarial.

Concluídas as atividades de preparação da IMSV para a sua abertura ao público em 2020, conforme as condições acordadas no contrato-programa, a pandemia da COVID-19 ditou o adiamento para 2021, tendo o IMSV abertas as suas portas à incubação de ideias de negócio em março de 2021. Albergou, desde o primeiro dia, três *start-up's* de base tecnológica, com o compromisso de apoiá-los no desenvolvimento dos respetivos negócios através de uma assistência técnica especializada e mentoria.

A qualidade dos projetos recebidos e incubados na IMSV, permitiu a um deles concorrer paralelamente ao programa GO GLOBAL/Cabo Verde Digital, no qual foi selecionado para integrar a distinta comitiva nacional que marcou presença na WEB SUMMIT 2021, em Lisboa, simplesmente o maior evento TIC do mundo.

Para essa *Start-up* nacional, com um projeto inovador no setor da cultura (que visa a criação de uma plataforma web para a comunidade de Artistas), a participação neste evento superou todas as expetativas, sendo que os ganhos extravasam a mera rede de relações conseguidas, devendo de destacar a absorção das tendências internacionais, quer em termos de soluções digitais, quer em termos de modelo de gestão, fundamentais para a reformulação do projeto.

O espaço da IMSV, enquanto polo de incubação da CCB, está capacitado tanto para a incubação de ideias de negócio como para *co-working,* e conta com todo o suporte técnico da CCB e da rede de parceiros.

O apoio institucional aos projetos empreendedores não se circunscreveu apenas aos incubados. A CCB viabilizou a participação de uma outra empresa incubada, conjuntamente com um promotor externo à incubadora, para que pudessem marcar presença na edição 2021 da FIC- Feira Internacional de Cabo Verde, simplesmente a maior plataforma de negócios do país.

WEB SUMMIT 2021

B2B FIC 2021

Expositor FIC 2021

[3.1.5] Gestão participada da **FIC**, S.A.

As Câmaras de Comércio sempre foram parceiros da FIC, S.A., ocupando-se desde sempre da montagem do programa de atividades paralelas dos eventos feiras organizadas pela FIC, S.A. e respetivas agendas B2B. Neste quadro de conhecimento prático da gestão desta sociedade, aliado à experiência institucional na promoção empresarial, as Câmaras de Comércio foram chamadas, em 2015, a integrarem, através dos respetivos Secretários-Gerais, e enquanto administradores não executivos, o Conselho de Administração da FIC, S.A., fazendo assim jus à ideia subjacente à criação desta sociedade que preconizava uma gestão privada da FIC, S.A., até estarem reunidas as condições para que a própria estrutura do capital social fosse maioritariamente privada.

Assim, em 2017, teve início o processo de privatização da FIC, S.A. com a assinatura de um memorando de entendimento entre o Governo e as Câmaras de Comércio, vincando a intenção do Estado em proceder à transferência dos 80% do capital social detido na FIC, S.A.

O processo foi sucedido por um estudo de avaliação dos ativos e negócios da empresa. Em 2018, o Governo incluiu também a Câmara de Turismo, outorgado com as partes (Câmara de Barlavento, Sotavento e Turismo) o contrato de constituição de direito de usufruto da sua participação em 80% no capital desta sociedade.

A demora na conclusão do processo e o advento da crise decretaram o arrastamento do processo, tendo sido estabelecida em 2021, durante a Assembleia Geral dos Acionistas realizada em agosto último, a conclusão do processo até dezembro do ano corrente.

No entanto, e por conta da vacatura do cargo de PCA e a situação de falência técnica da empresa por conta da sua inatividade durante o ano de 2020 devido à pandemia de COVID-19, as Câmaras foram chamadas uma vez mais a contribuir para o saneamento desta empresa, desta vez a nível dos respetivos Presidentes que, numa atitude abnegada, aceitaram exercer os cargos de PCA (Sotavento) e administrador não executivo (Barlavento) a título *pro-bono*, permitindo assim algum alívio financeiro à empresa, particularmente na rúbrica encargos com o pessoal, que é a que tem mais peso na das despesas fixas.

A gestão corrente da sociedade foi confiada, nesta fase de transição, à Administradora Delegada, até então Diretora Administrativa e Financeira da FIC, S.A., devendo, a nova estrutura societária ter como acionistas: a CCB; a Câmara de Comércio de Sotavento (CCS), a Câmara de Turismo de Cabo Verde; a Associação das Mulheres Empresárias de Santiago (AMES) e a Associação dos jovens Empresários de Cabo Verde (AJEC), representando os 80% do capital anteriormente pertencente ao Estado de Cabo Verde, e o remanescente 20% do capital deverá continuar com a Cabo Verde Trade Invest (CVTI).

Ainda sobre a FIC, S.A., a CCB marcou presença na edição 2021 da FIC – Feira Internacional de Cabo Verde, nas pessoas do Presidente e Secretário-Geral, tendo, conforme é habitual, coordenado conjuntamente com a nossa congénere de Sotavento a montagem do *stand Business Lounge* e a gestão dos encontros de negócio (B2B), para além de facilitar a participação das empresas de Barlavento enquanto visitantes profissionais que se deslocaram propositadamente para o efeito.

[3.1.6] Fundo **AFROVERDE** – Alienação do Capital

Com génese em 2016 numa parceria público-privada, e com o nobre objetivo de trazer para a região Norte financiamento que conseguisse fazer arrancar uma série de projetos turísticos nas ilhas de Santo Antão, São Vicente e São Nicolau, o AfroVerde I é um fundo de capital de risco, cuja estrutura acionista incorpora, entre outas instituições e o Estado de Cabo Verde, a Câmara de Comércio de Barlavento, com um valor de capital subscrito de 1.00.000 ECV, do qual realizou apenas 30%, no valor de 300.000 ECV.

Volvidos mais de 05 anos da sua criação, a sociedade enfrentou uma série de constrangimentos no processo de mobilização de recursos financeiros, e, neste quadro, manteve-se praticamente inoperante. Assim, a CCB, conjuntamente com os demais acionistas, encetou contactos internacionais visando identificar um potencial parceiro interessado na sua aquisição, uma decisão acervada em sede da Assembleia Geral ocorrida no passado mês de junho, e cujo processo de compra e venda já está a ser apreciado pelo manifesto comprador, uma empresa internacional com larga experiência na área.

A conclusão deste processo, previsto para o primeiro trimestre de 2022, permitirá à CCB recuperar o valor inicialmente investido (300.000 ECV) e trazer, por um lado, mais

uma alternativa aos empreendedores com projetos no setor, e por outro, contribuir para o reforço do ecossistema de financiamento.

[3.1.7] Complexo **Industrial** e Logístico – CIL

Com o propósito de dinamizar a atividade industrial e logística na Região, criando assim as condições para atrair e facilitar o investimento nacional e estrangeiro na ilha, a CCB lançou o projeto piloto denominado CIL, cujo orçamento foi atualizado para 62.017.000 ECV e aprovado em sede da Assembleia Geral, em 2020, para efeitos de montagem da engenharia financeira, com recurso a um crédito bancário.

No entanto, os efeitos nefastos da crise internacional, mais especificamente o aumento generalizado do preço dos materiais de construção e, em particular, do aço, que aumentou cerca de 40%, acrescidos do custo do frete internacional que no mínimo duplicou, obrigaram a uma atualização dos custos do projeto, que, para além de ultrapassar o teto de financiamento aprovado pela Assembleia dos associados, tornou a sua implementação inviável nesta conjuntura. Assim, a Direção entendeu suspender o projeto até serem verificados os pressupostos iniciais inerentes à sua aprovação.

[3.1.8] Sociedade de **informação ao crédito** – CREDITINFO

As dificuldades no acesso ao financiamento constituem um dos principais constrangimentos para a consolidação de uma economia de base privada no país, pelo que em 2014 as Câmaras de Comércio de Cabo Verde ousaram idealizar, com o apoio financeiro do Programa *Millenieum Challenge Account* (MCA) e da Assistência Técnica da SFI - Sociedade Financeira Internacional, um projeto que pudesse contribuir para facilitar o acesso ao financiamento, através da criação de uma Central Privada de Risco de Crédito, que mais tarde foi constituída legalmente e denominada de Credit Info CV.

Tendo como acionistas fundadores as Câmaras de Comércio (CCB 24,5% e CCS 24,5%) e um parceiro técnico internacional (*know-how*), detentora de 51% das ações, a entrada em funcionamento da sociedade deparou desde logo com uma série de constrangimentos legais, levando à sua inoperância, razão pela qual o parceiro tecnológico acabou por desistir do negócio, em 2021, e a ceder a sua quota-parte aos demais acionistas.

Sabendo que este projeto foi uma iniciativa da CCB, a Direção posicionou-se no sentido de poder deter a maioria das ações neste processo de transferência do capital social, ficando agora a CCB com 50,001% e a CCS com 49,999%.

A operacionalização desta sociedade passa desde logo pela identificação de um novo parceiro tecnológico, e pela realização de estudos técnicos que permitirão a atualização do estudo de viabilidade do projeto, a reestruturação do negócio, e, não menos importante, a recapitalização da sociedade.

[3.1.9] Entidade **Certificadora** Nacional Privada

A procura permanente por níveis de excelência através da implementação de sistemas de gestão reconhecidos internacionalmente tem sido uma aposta estratégica das empresas nacionais interessadas em criar um diferencial competitivo no mercado interno e, particularmente, para os seus desígnios de internacionalização.

A este propósito, e sendo as Câmaras de Comércio as primeiras entidades nacionais a aderirem aos certificados internacionais, nos idos anos de 2008 (ISO 9001:2008), e conscientes tanto da importância e dos ganhos da certificação, por um lado, e dos elevados custos do processo da sua implementação por outro, alicerçado na existência de pré-condições institucionais no país (Instituto de Gestão da Qualidade e Propriedade Intelectual), as Câmaras de Comércio identificaram um parceiro técnico (EIC - Entidade Certificadora internacional com carteira de clientes no país) para juntos implementarem um projeto da criação de uma Entidade Certificadora Nacional Privada, cujo plano de negócios foi apresentado aos promotores em março de 2019.

A implementação do projeto conheceu atrasos devido a um desentendimento quanto à localização da sede da empresa. Foi um impasse ultrapassado só em novembro de 2021 e que coincidiu com o término do mandato da então Direção da CCS, logo sem legitimidade para validar as decisões necessárias para a continuidade do projeto.

Assim sendo, a retoma do projeto deverá aguardar pela eleição da nova Direção, pela subsequente tomada de posse, e o tempo necessário para imergir nos dossiers institucionais, em particular neste em apreciação, pelo que perspetivamos a retoma do projeto para o primeiro trimestre de 2022.

[3.10] Sociedade de Gestão da **Zona Industrial do Lazareto - SGZ**

Com o objetivo de proceder à concessão do serviço público de instalação, gestão, exportação, e promoção da Zona Industrial de Lazareto, foi constituído em março de 2010 a SGZ - Sociedade de Gestão da Zona Industrial do Lazareto, S.A., da qual a CCB é acionista em 27,5% e encarregue da Presidência do respetivo Conselho de Administração, na pessoa do seu Presidente (CCB).

Com a eleição e o empossamento dos novos Órgãos Sociais na CCB (em dezembro de 2020) tornou-se um imperativo estatutário proceder à eleição de novos Órgãos Sociais no SGZ, de forma a poder substituir o Presidente cessante da CCB (Belarmino Lucas) por inerência de funções PCA da SGZ, pelo recém-empossado Presidente da CCB (Jorge Maurício), com o propósito de imprimir uma maior dinâmica na gestão do parque. Assim, a CCB, para além de envidar imediatamente os necessários contactos institucionais para o agendamento da Assembleia Geral da SGZ, propôs igualmente a estrutura societária a assinatura de um contrato de gestão do parque de forma a trazer novas valências à sua gestão, através da prestação de um serviço integrado que pudesse absorver o Registo de empresas, o Licenciamento Comercial

(importação/exportação e os certificados de origem), bem como o Licenciamento Industrial.

A data da Assembleia Geral foi agendada em comum acordo de todos os acionistas (Câmara Municipal de São Vicente, Estado de Cabo Verde, CCB e CCS) para novembro último. No entanto, na data marcada estiveram reunidos em plenária apenas os Órgãos Socias e mais dois dos cinco acionistas, tendo a Câmara Municipal de São Vicente e o Estado de Cabo Verde faltado ao compromisso. Em contacto telefónico com o representante do acionista Estado, este pediu o adiantamento d Assembleia para uma data posterior, sem, no entanto, estabelecer um prazo.

Neste entretanto, e sabendo que a recém-criada Zona Económica Especial de Economia Marítima de São Vicente (ZEEEM-SV) tem, por delegação de competência, autoridade sobre a gestão do parque Industrial de Lazareto, a CCB já encetou contactos com a Administração da ZEEEM-SV visando entender os moldes da futura transição da gestão, visto que a SGZ é apenas uma entidade concessionária do parque, ou seja, o parque é património público.

[3.11] Plano de **Comunicação e Marketing**

A comunicação institucional, enquanto estratégia para maior proximidade com a comunidade empresarial e rede de parceiros, em particular com os nossos associados, mereceu um destaque no Plano de Atividades 2021, porque a Direção eleita entendeu implementar uma nova política de comunicação interna e externa, na base da transparência, objetividade e assertividade. Assim, para além dos habituais meios de comunicação já à disposição da instituição (*website*, plataformas digitais, e *newsletters*), foi criado, entre outras medidas, um programa radiofónico piloto denominado de "Norte Empresarial", que em todas as semanas apresentou um tema com relevância empresarial, para além dos *spots* publicitários institucionais.

O envolvimento da classe empresarial na realização deste programa, que apresentou e discutiu temas atuais e pertinentes, teve um retorno positivo dos radiouvintes que teceram algumas sugestões construtivas e disruptivas para um maior impacto na comunicação institucional.

Outrossim, a nova política de comunicação também passou pela substituição do domínio www.becv.org para **www.camara.cv** de forma a convergir a identidade institucional com a marca. Esta atualização permitiu melhorar sobremaneira a notoriedade digital e a posição no *ranking* das buscas cibernéticas pela instituição, o que representa uma vantagem nesta era da transição digital.

[3.12] Sistema de **Gestão de qualidade ISO 9001:2015**

A auditoria anual ao sistema de gestão de qualidade implementada na CCB (Sede e Delegações) desde 2008, foi realizada no passado mês de setembro e a equipa auditora não registou nenhuma Não Conformidade.

Segundo o relatório da equipa auditora, o sistema encontra-se implementado e capaz de responder às solicitações dos clientes de forma satisfatória, entregando produtos e serviços conforme os requisitos internamente definidos.

Igualmente, constatou as orientações plasmadas no Plano de Atividades e Orçamento 2021, particularmente no que diz respeito à estratégia de centrar as ações nos clientes e associados.

As metas globais, definidas internamente para cada processo, estão a ser monitorizadas conforme periodicidade previamente definida e não foi registado desvio, o que denota a maturidade do sistema de qualidade implementado.

[3.13] Gestão de **Recursos Humanos**

A Gestão de RH é uma área estratégica para a CCB, porquanto tem como principal objetivo conseguir com que a instituição e os respetivos colaboradores alcancem de forma harmoniosa os objetivos institucionais, sem deixar de estimular a realização profissional individual.

O orçamento do investimento para 2021 preconizava a atualização do PCCS / Manual de Funções com recurso ao financiamento externo (Banco Mundial/LUX), mas a reafectação da ajuda externa para a luta contra a COVID-19 e, mais recentemente, a combinação com o plano de retoma económica, não permitiram a eleição e o financiamento deste projeto junto dos parceiros eleitos, pelo que terá necessariamente de transitar para 2022.

No entanto, independentemente do processo da atualização do PCCS, em 2021 foram feitos alguns ajustes internos, devendo destacar:

- Readmissão de um quadro técnico, que desde 2016 se encontrava de licença sem vencimento, para ocupar o cargo de Secretário-Geral;
- Reenquadramento do antigo Secretário-Geral como técnico do Gabinete de Mobilização de Recursos, Comunicação, Marketing e Formação profissional;
- Reforma de uma administrativa que desempenhava a função de tesoureira;
- Reenquadramento de uma Administrativa de Comunicação e Marketing para desempenhar a função de tesoureira;
- Reajuste salarial de uma Administrativa de Comunicação, Eventos e Formação Profissional.

No período compreendido entre 01 de janeiro e 31 de dezembro, a CCB manteve ao seu serviço uma média de 22 colaboradores. Foram ainda admitidos, no quadro do fomento do emprego jovem, 03 estagiários, sendo 01 curricular e 03 profissionais, de entre os quais um deles acabou por receber uma proposta de emprego com colocação na Delegação de Santo Antão, a partir de janeiro de 2020, findo o período de estágio.

[3.14] Política de
Gestão dos associados

Alicerçado numa visão de uma Câmara de Comércio mais inclusiva e aglutinadora, de forma a ser um legítimo representante de todo o tecido empresarial barlaventino, a CCB apostou no reforço do associativismo, de forma a estar o mais próximo possível das necessidades mais prementes do tecido empresarial regional, que consequentemente traduziu-se em ações de intervenção ajustadas e oportunas, sobretudo nestes tempos de crise.

Neste contexto, em 2021 foram priorizados dois mecanismos que consistiram na implementação de uma Linha Verde (gratuita) para informação e assistência técnica, bem como uma campanha de recuperação de associados suspensos e angariação de novos sócios, concedendo facilidades no processo de reativação/inscrição como a isenção de joias e quotas para as empresas impactadas pela crise.

O resultado destas políticas traduziu-se num crescimento sem precedentes na CCB, visto que que se registou um aumento de 18 % comparativamente a 2020 e de 32% comparativamente a 2019.

Tabela 1 – Evolução dos associados 2019 – 21 por dimensão de empresas.

		2019		2020		2021	
		Nº Associados	%	Nº Associados	%	Nº Associados	%
Dimensão	Micro	96	**34%**	116	**37%**	161	**44%**
	Pequena	134	**48%**	149	**47%**	158	**43%**
	Média	19	**7%**	14	**4%**	14	**4%**
	Grande	32	**11%**	35	**11%**	37	**10%**
TOTAL		**281**	100%	**314**	100%	**370**	100%

A CCB continua a ser uma associação de classe maioritariamente composta por micro e pequenas empresas (que em média correspondem a 81% dos associados), o que reflete a realidade da estrutura empresarial nacional. Entretanto, convém destacar que as microempresas têm, nestes últimos anos, aumentando o seu peso relativo no movimento associativo, representado 34% em 2019; 37% em 2020, e 44% em 2021.

Tabela 2 – Evolução dos associados 2019 – 21 por setor de atividade.

		2019		2020		2021	
		Nº Associados	%	Nº Associados	%	Nº Associados	%
Setor de atividade	Comércio	93	**33%**	106	**34%**	126	**34%**
	Serviços	130	**46%**	144	**46%**	174	**47%**
	Indústria	55	**20%**	61	**19%**	66	**18%**
	Agricultura	3	**1%**	3	**1%**	4	**1%**
TOTAL		**281**	100%	**314**	100%	**370**	100%

O setor dos serviços continua a ser preponderante no associativismo barlaventino, com um peso acima dos 45% nestes últimos três anos. O setor do comércio ocupa o segundo lugar, com uma participação entre os 33% e 34%.

Tabela 3 – Evolução dos associados 2019 – 21 por ilha.

		2019		2020		2021	
		Nº Associados	%	Nº Associados	%	Nº Associados	%
Ilha	Santo Antão	42	**15%**	52	**17%**	81	**22%**
	São Vicente	180	**64%**	193	**61%**	209	**56%**
	São Nicolau	7	**2%**	9	**3%**	10	**3%**
	Sal	46	**16%**	49	**16%**	59	**16%**
	Boavista	6	**2%**	11	**4%**	11	**3%**
TOTAL		**281**	100%	**314**	100%	**370**	100%

No que concerne à dinâmica associativa nas ilhas, São Vicente tem liderado com uma fatia maior de associados da CCB, seguido, desde 2020, por Santo Antão e Sal. A ilha com menor taxa de associativismo tem sido a Boavista, com registos inferiores a 5%.

O fim último desta política associativa é ter uma instituição congregadora de todas as vontades e espelho da dinâmica empresarial regional e nacional (por dimensão e setor de atividade).

Encontro com os associados de Santo Antão (Porto Novo).

Encontro com os associados de Santo Antão (Ribeira Grande, Paúl e Ponta do Sol).

A valorização dos associados também passou pelo reconhecimento de todos aqueles que de forma abnegada têm dado o seu valioso contributo em prol da promoção e defesa dos interesses da classe. Assim sendo, durante a Assembleia Geral 2020, a Direção aproveitou para fazer uma menção honrosa aos membros dos Órgãos Sociais cessantes, nas pessoas dos respetivos Presidentes.

Belarmino Lucas, Presidente cessante.

Modelo de certificado e troféu entregue.

[3.2] Promoção Empresarial

Em fevereiro de 2020, altura em que se começou a registar os primeiros casos da COVID-19 e subsequente adoção das medidas de segurança sanitária, as restrições à atividade empresarial, tanto internacionais como nacionais, impactaram negativamente na atividade económica, atingido, em primeira linha, o setor do turismo e atividades conexas, e, com a evolução da pandemia, acabou por afetar, direta ou indiretamente, todos os setores.

Face à gravidade da situação, um conjunto de medidas de apoio à economia e à criação de soluções de resiliência às empresas foram implementadas (medidas creditícias, fiscais e parassociais), num esforço conjunto nesta luta sem fronteiras contra a pandemia.

Todavia, e não obstante todo o suporte institucional às empresas e empresários, dentro da realidade e condicionalismos do país, o funcionamento condicionado das empresas, quando não paralisadas, refletiu na dinâmica de capacitação empresarial nesse ano de 2020, cujas projeções para o ano subsequente (2021) recomendavam alguma contenção, perante a possibilidade de surgir novas variantes.

No entanto, acreditando que as crises são ciclicas e que o país estava a fazer um excelente trabalho na contenção da transmissão do virus, a CCB entendeu ousar apostar numa nova dinâmica de capacitação empresarial, entedendo que estavam a ser criadas as condições para a retoma gradual das atividades económicas.

Esta visão e vontade institucional permitiram a esta agramiação empresarial registar dados positivos e crescentes em quase todos os processos, o que garatiu uma elevada taxa de implementação dos objetivos institucionais no que diz respeito à promoção empresarial.

[3.2.1] **Programa de Assistência Técnica**

A assistência técnica, enquanto abordagem direta e permanente junto dos associados, empresas nacionais, parceiros e investidores externos, é transversal a todos os departamentos da instituição, porquanto a procura de soluções aos problemas que afetam a atividade empresarial demanda soluções consentâneas, concertadas e transversais.

Durante o ano de 2021, os pedidos de assistência técnica aumentaram sobremaneira, desde logo para melhor perceberem as medidas de mitigação dos efeitos da crise colocadas à disposição das empresas (*Lay off*, moratórias, medidas fiscais entre outras), para além de outras puramente legais relacionadas com os conflitos laborais por conta das licenças para cumprimento de quarentena, e, em alguns casos extremos, para encerramento da atividade por falência.

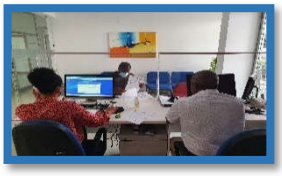
No que concerne à gestão empresarial e particularmente à gestão contabilística e financeira, os pedidos de assistência técnica relacionados com a implementação do e-Fatura e do SAFT constituíram o grosso das solicitações.

Outrossim, e devido aos sinais de retoma, a assistência técnica também foi solicitada para projetos de investimento, devendo destacar a crescente procura por lotes de terreno no parque industrial de lazareto (06 pedidos encaminhados) e a candidatura a fundos internacionais, do qual se destaca o projeto da AGROSOLUÇÕES submetido e financiado parcialmente, e a fundo perdido, pela Trade Hub (USAID).

[3.2.2] Janela do Empresário (Balcão da Casa do Cidadão)

O acordo de nível de serviço, assinado em 2011 entre a CCB e a Casa do Cidadão, teve como mote o novo paradigma de prestação de serviços públicos, através da instalação de um balcão integrado de serviços – Janela do Empresário, na CCB.

Durante o ano de 2021, e de entre os serviços disponibilizados na base deste acordo, foram registadas na CCB 02 Sociedades comerciais (empresa no dia), solicitados 05 Certificados de admissibilidade de firmas, 27 pedidos de NIF e Registo Criminal, todas elas por empresários e empresas interessadas na emissão e/ou renovação de licenças comerciais (importação, venda a grosso e exportação).



[3.2.3] Principais Formações e Eventos Promovidos em 2021

Formação de **Guias de Turismo** e **Taxistas**

A CCB realizou um conjunto de cursos destinados aos Guias de Turismo e Taxistas, em resposta ao programa de capacitação dos atores que integram a cadeia de valores do turismo, inseridas nas "Atividades Formativas de Resposta à Crise da Covid-19 e Recuperação do Turismo em Cabo Verde", no âmbito do Programa de Apoio à Competitividade na África Ocidental.

Promovido pelo Ministério do Turismo e Transportes, o programa foi financiado pela União Europeia e PNUD, e beneficiou mais de 300 profissionais nas ilhas de Santo Antão, São Vicente e São Nicolau, num total de 903 horas.

É de realçar a relevância dessa parceria, numa conjuntura em que as duas classes de profissionais são certamente as mais fustigadas pelos efeitos da pandemia. Em boa medida, o Ministério do Turismo e Transportes adicionou ao orçamento da série das formações, subsídios de transporte, alimentação e desemprego temporário, facto que permitiu atenuar os impactos desta crise nos beneficiários (formandos).

Formação **e-learning**

A pandemia da Covid-19 não só alterou a ordem económica e social mundial, como contribuiu para gerar novas e múltiplas oportunidades em todos os setores de atividade económica, beneficiando um leque sem limite de profissionais.

Entre eles, destacam-se formadores e consultores que viram o seu campo de ação alargado nos últimos tempos, devido à multiplicação de plataformas digitais dotadas de "***Software as a Service*" (SAAS)**, permitindo assim uma evolução constante do ensino e da assistência à distância.

Este curso teve por objetivos capacitar e certificar consultores e formadores para um melhor aproveitarem as oportunidades do ensino e aprendizagem à distância, permitiu que familiarizassem com conceitos e práticas da interação síncrona e assíncrona, dominados como sistema *b-learning* e *m-learning*, para além de lhes permitir obter sólidos conhecimentos nas plataformas Microsoft Teams, ZOOM e MOODLE.

Em Cabo Verde, o Decreto-Regulamentar 13/2020 tem tido um papel crucial na mudança do paradigma da aprendizagem, impondo novas abordagens pedagógicas, para além da introdução de inovações a nível da organização e gestão curricular, tanto das entidades prestadores de serviços como dos formadores.

Formação em **Gestão Estruturante de Recursos Humanos**

A formação de GERH foi concebida também para responder aos desafios que a pandemia impunha aos gestores de RH, considerando as responsabilidades acrescidas que sobre eles recaem na luta pela sobrevivência das organizações, para além do papel de liderança nos processos de transição para o novo ciclo económico.

Os 10 módulos que compunham esta formação foram orientados por 3 especialistas internacionais, incluindo uma especialista em direito laboral. Permitiu desta forma a conjugação de conhecimentos, práticas e metodologias que garantem as

competências requeridas no exercício de um amplo espetro de atividades inerentes à função de Gestor ou Diretor de RH.

e-Factura
Formação, Informação e Sensibilização

A implementação do modelo de Fatura Eletrónica prevista no DL 79/2020 de 12 novembro é tema atual no contexto económico-empresarial nacional desde inícios de 2021 e tem suscitando uma onda de preocupações no seio das empresas e seus respetivos assessores financeiros e informáticos.

As partes envolvidas no processo têm estado a trabalhar incansavelmente no processo de adequação dos mecanismos de integração e comunicação automática com o sistema e-Fatura, de forma a cumprir a medida do Governo que visa consolidar a Reforma Tributária e Aduaneira Digital ++.

Embora a DNRE tenha facilitado o processo de operacionalização da medida com períodos de carência, eram múltiplos os desafios e curto o espaço de tempo que se impunha às empresas e aos prestadores de serviços na área de *softwares* de suporte a gestão, pelo que a CCB, ciente da necessidade de promover uma maior aproximação entre as partes, realizou várias ações de formação, informação e sensibilização, maioritariamente com entidades especializadas nesse domínio, tendo beneficiado centenas de empresas associadas, quadros técnicos e profissionais liberais.

Formação em
Marketing Digital (realizado via Zoom)

Realizada em todas as ilhas de Barlavento, destinado aos gestores, quadros técnicos, consultores e profissionais liberais, esta formação contou com o suporte financeiro da União Europeia, e teve como propósito preparar as organizações e os profissionais liberais para a transição para a economia digital. Os módulos foram orientados por três especialistas internacionais, colocando tónica na partilha de conhecimentos e na transferência de competências para a utilização eficaz das principais ferramentas digitas, nomeadamente: redes sociais, *websites* e teleatendimento.

Webinar | Socialização do OGE 2021

À semelhança dos anos transatos, a CCB promoveu, em estreita parceria com a Direção Nacional das Receitas do Estado (Ministério das Finanças), um *webinar* para a socialização do OGE 2021 junto dos nossos associados, com o propósito de permitir um conhecimento detalhado das principais alterações fiscais incorporadas neste documento, em particular, o impacto das suas diretrizes na atividade empresarial.

Webinar | Redes para Incrementar o Turismo

As vantagens das redes de cooperação nas atividades de turismo, permitem a efetiva exploração da eficiência coletiva e/ou economias externas às empresas, tais como a cooperação empresarial, a especialização produtiva do trabalho, a infraestruturação coletiva, a especialização de serviços e, principalmente, o aumento da capacidade de negociação coletiva com fornecedores.

Para uma micro, pequena ou média empresa que atua de forma isolada, conseguir atender, com qualidade, as necessidades dos clientes que compõem o produto turístico é uma tarefa impraticável. Sendo assim, a qualidade do serviço vai depender do envolvimento e da coordenação dos esforços dos diversos agentes do destino turístico.

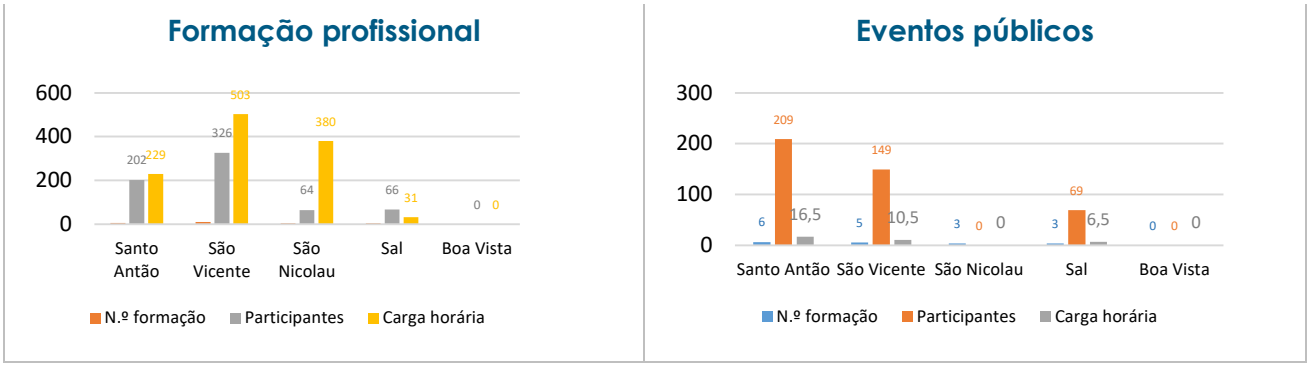
Tendo em conta a relevância do tema para as nossas empresas, particularmente para as pequenas e médias empresas que atuam de forma isolada, diante das oportunidades que o setor do turismo apresenta, torna-se imprescindível o conhecimento e utilização eficiente das redes de negócios do turismo enquanto vantagens competitivas, razões pelas quais foi promovido este *webinar* que perspetivou desmistificar o conceito e elucidar os empresários sobre as vantagens deste mecanismo no processo de crescimento e desenvolvimento dos negócios na cadeia do turismo.

Worshop | As alternativas e soluções de financiamento e investimento da BVC.

O acesso ao crédito continua a ser um dos pontos em que Cabo Verde é mais penalizado no *ranking* anual do *doing business*, pelo que a procura constante por alternativas aos produtos bancários tradicionais, constitui ainda um desafio de todas as instituições de promoção empresarial.

Neste quadro, e por iniciativa conjunta da CCB e Bolsa de Valores de Cabo Verde (BVC), foi apresentado aos operadores locais, e em particular, a aqueles com projetos em carteira e/ou financiamentos em fase de reembolso, um produto financeiro da BVC que é apoiado pelo Programa das Nações Unidas (PNUD) e denominado de *Blue-X* (Títulos Verdes, Títulos Sociais, Títulos Sustentáveis, e *Blue Bonds*), capaz de constituir uma alternativa aos projetos sustentáveis e de alto impacto.

Gráfico 1 – Dados estatísticos 2021



Em 2021 foram realizadas 28 ações de capacitação profissional, representando um acréscimo de 86,67% comparativamente a 2020 (com apenas 15 ações). No que concerne ao número de participantes que frequentaram as formações, houve um crescimento exponencial de 264,04%, passando de 203, em 2020, para 739, em 2021.

[3.2.4] Principais Feiras e Missões Empresariais

A pandemia da COVID-19 acabou por aumentar os constrangimentos logísticos inerentes à realização das missões empresariais, desde as restrições sanitárias ao aumento exponencial do custo do transporte aéreo internacional, à redução drástica e até mesmo a suspensão da organização de feiras internacionais, anteriormente calendarizadas, e o fecho das fronteiras internacionais.

No ano em apreço, não obstante ter sido promovido um programa de missões empresariais, foram realizadas apenas duas: uma em Portugal, a fim de participar na TEKTÓNIKA 2021 (Feira Internacional da Construção), em Lisboa; e outra em Lagos, na Nigéria, a convite do Ministério do Comércio paquistanês, para particular na 2ª *Pakistan – Africa Trade Developement Conference and Single Country Exhibition*.

Esta missão institucional e empresarial na Nigéria contou com a participação de um grupo de empresas da Região de Barlavento e foi liderada por Helena Fortes, membro de Direção da CCB.

Participação de empresas associadas na TEKTÓNICA 2021, em Lisboa – Portugal.

Participação de empresas associadas no encontro de negócios, em Lagos - Nigéria.

No que diz respeito às feiras realizadas no país, em 2021, destacamos a **FIC – Feira Internacional de Cabo Verde** que retornou aos palcos de exposição, desta vez na cidade da Praia, depois de um ano de paragem forçada pela pandemia. Ainda que realizada sob apertadas medidas de segurança sanitária, a edição 2021 da FIC, sob lema "Cabo Verde e as oportunidades em tempos de crise", contou com a presença de 116 expositores, organizados em 188 *stands*.

À semelhança dos anos transatos, a CCB apoiou a fase de preparação e divulgação do certame, tomando parte na organização das jornadas técnicas e nos encontros de negócio, para além da participação com uma Delegação institucional composta pelo Presidente e pelo Secretário-Geral.

[3.2.5] Incubação de ideias de negócio

A Incubadora Multissetorial de São Vicente (IMSV), em parceria com outras instituições do ecossistema empreendedor (Pró-Empresa, Universidades, etc.), tem tido um papel fundamental na sobrevivência das ideias de negócio mais inovadoras e disruptivas, e tem vindo a disponibilizar, desde a sua abertura em março de 2021, assistência técnica e mentoria, tanto para as micro e pequenas empresas como para a *Startups* que têm enfrentado desafios ao iniciar a sua atividade ou simplesmente para lançar um novo produto.

O ambiente de incubação criado pela CCB promove e disponibiliza, não só capacitação, mas também assessoria técnica específica, mentoria, *coworking*, bem como auxílio na busca de financiamentos e investimentos (venture capital, fundos semente, investidores anjo), para além de incidir sobre o desenvolvimento pessoal (com treinamentos, palestras, master classes, eventos, *hackatons* e sprint *cycles*).

Durante do ano de 2021, a IMSV albergou três *startups* de base tecnológica (nas áreas de eventos, turismo e cultura), cujos processos de desenvolvimento dos respetivos negócios concluíram a sua primeira fase em dezembro último e com resultados muito satisfatórios.

Cerimónia de encerramento da 2ª edição do Unitel Creative Camp.

Encontro de trabalho entre a IMSV/CCB, BIC, e UNITEL T+.

[3.2.6] Comércio Externo e Licenciamento

Cabo Verde tem uma economia globalizada e fortemente ancorada no comércio externo, e em particular nas importações, registando, em consequência, um défice estrutural na balança comercial (as importações superam de longe as exportações).

A Europa continua sendo o principal cliente de Cabo Verde, absorvendo cerca de 92,1% do total das exportações nacionais. De entre os países europeus a Espanha lidera o *ranking* dos principais clientes de Cabo Verde, representando 62,4%, seguindo de Portugal (15,6%), Itália (13,0%) e Estados Unidos da América (7,3%). As exportações para os países da sub-região (CEDEAO) cifram em valores inferiores a 1%.

Em 2021, os dados provisórios do Comércio Externo publicados pelo INE indicam um acréscimo das Exportações na ordem de 1,3%, das Importações na ordem de 9,9%, bem como das Reexportações em 26,6%, face ao período homólogo (2020). No ano em análise, o *deficit* da balança comercial aumentou (10,5%) e a taxa de cobertura diminuiu em 0,6 pontos percentuais.

Entre os produtos exportados por Cabo Verde em 2021, os preparados e conservas de pescado lideram o *ranking* (72,7%), ocupando os vestuários o segundo lugar (7,3%), e ficando na terceira posição os calçados (5,6%). Estes três produtos representaram, no ano em apreço, 85,6% do total das exportações de Cabo Verde, aumentando 10,6 p.p. comparativamente ao registado (75,0%) no ano de 2020.

No que concerne às importações no período em referência, o continente europeu continua a ser o principal fornecedor de Cabo Verde, com um peso de 71,7% do montante total (contra 77,1% do ano transato), seguido da Ásia/Oceânia (15,3%), da América (7,8%), Resto do Mundo (3,1%) e da África (2,1%).

Quanto ao *ranking* dos principais países de origem das importações nacionais, Portugal ocupa o primeiro lugar com 46,5%, a China o segundo lugar com 7,2%, seguidos de Espanha com 6,6% e os Países Baixos com 5,3%.

Tabela 4 – Licenças Emitidas (Importação + Exportação) 2019 – 2021.

Ilhas	2019	2020	Δ %	2021	Δ %
São Vicente	23	29	26%	38	31%
Santo Antão	11	6	-45%	12	100%
S. Nicolau	5	2	-60%	4	100%
Sal	16	16	0%	9	-44%
Boa Vista	4	8	100%	2	-75%
Total	**59**	**61**	**3%**	**65**	**7%**

Em 2021, e contrariando as espectativas iniciais, as licenças emitidas pela CCB (Importação + Exportação) superaram os registos de 2019 e 2020, uma variação positiva de 7% e 3%, respetivamente. Santo Antão e São Nicolau foram as ilhas que em temos relativos registaram as maiores variações (100%), e igualmente São Vicente, em termos absolutos (com 38 licenças).

Por outro lado, e como já era de se esperar, as ilhas do Sal e da Boa Vista, as maiores afetadas pela crise, registaram valores negativos em termos de licenças emitidas, uma variação de -44% e -75%, respetivamente, com maior incidência em Boa Vista.

Tabela 5 – Empresas com licença ativa (2019 - 2021).

	Importação			Exportação		
Ilhas	**2019**	**2020**	**2021**	**2019**	**2020**	**2021**
São Vicente	163	190	226	12	15	11
Santo Antão	26	23	29	5	6	6
S. Nicolau	8	11	16	0	1	1
Sal	116	99	100	3	2	3
Boa Vista	31	29	31	0	0	0
Total	**344**	**352**	**402**	**20**	**24**	**21**

No que concerne às importações, comparativamente a 2020, o número de empresas com licenças ativas em 2021 aumentou em todas as ilhas da Região de Barlavento, o que deve ser percebido como um claro sinal da retoma gradual das atividades económicas, em particular no comércio e na indústria.

Relativamente às licenças de exportação, não houve uma evolução padrão em 2021, visto que São Vicente registou um crescimento negativo; Santo Antão, São Nicolau e Boa Vista mantiveram, em 2021, os mesmos registos que em 2020, e a ilha do Sal um registo positivo no número de licenças de exportação emitidas.

Tabela 6 – Receitas do serviço de Licenciamento Comercial (2019 - 2021).

Ilhas	2019	2020	Δ %	2021	Δ %
São Vicente	10 152 500,00	10 250 064,00	1%	11 202 000,00	9%
Santo Antão	1 272 500,00	1 347 000,00	6%	1 491 000,00	11%
S. Nicolau	561 000,00	523 000,00	-7%	605 000,00	16%
Sal	4 477 000,00	4 334 000,00	-3%	4 530 000,00	5%
Boa Vista	1 564 000,00	1 370 000,00	-12%	1 409 000,00	3%
Total	18 027 000,00	17 824 064,00	**-1%**	19 237 000,00	**8%**

O serviço de licenciamento comercial, enquanto principal fonte de receita da CCB, teve uma evolução positiva em todas as ilhas, com uma variação média de 8%, comparativamente a 2020, um acréscimo de cerca de 1.412.936 ECV. Destes 8%, a ilha que mais contribui foi São Vicente, representando 67,37%.

Em termos relativos, São Nicolau e Santo Antão foram as ilhas que registaram as maiores variações nas receitas arrecadadas, 16% e 11%, respetivamente, e Sal e Boa Vista as variações menos expressivas, de 5% e 3% respetivamente. São Vicente foi a ilha que em termos absolutos registou a maior variação, com um registo de mais 951.936 ECV, comparativamente a 2020 (10.250.064 em 2020, e 11.202.000 em 2021).

Em 2021, as receitas consolidadas do serviço de Licenciamento Comercial (19.237.000 ECV) ultrapassaram tanto os valores registados em 2020 (17.824.064 ECV) como os registados em 2019 (18.027.000 ECV).

[3.2.7] Certificação (preferenciais e não preferenciais)

O sistema de Registo do Exportador (sistema REX) é um sistema de certificação da origem das mercadorias oriundas dos países que beneficiam do Sistema de Preferências Generalizadas (SGP), que Cabo Verde faz parte, para exportação para o mercado Europeu, em condições preferenciais (benefícios aduaneiros).

Baseado no princípio da autocertificação por parte dos operadores económicos, o sistema REX teve início a 1 de janeiro de 2017, e Cabo Verde deveria começar a transição até o dia 01 de janeiro de 2019. Porém, só começou o registo efetivo dos seus exportadores em inícios do ano de 2020, devido a alguns constrangimentos.

A nível nacional, a entidade competente para proceder ao registo dos exportadores são as Câmaras de Comércio, neste sentido a CCB já registou na Região de Barlavento, entre 2020 e 2021, 11 empresas nacionais, maioritariamente indústrias.

[3.2.8] Apoio à Internacionalização

A inexpressiva dimensão do mercado interno transforma o desafio da internacionalização da economia cabo-verdiana num imperativo nacional a médio e longo prazos, facto que poderá propiciar um melhor aproveitamento de oportunidades estratégicas em mercados preferenciais, como sejam a CEDEAO, através do ELTC – Esquema de Liberalização das Trocas Comerciais, a União Europeia, através do Sistema Generalizado de Preferências (SGP+), e os E.U.A, através do programa AGOA – *African Growth and Opportunity Act*.

É neste contexto que o propósito da internacionalização emerge como prioritária para Cabo Verde, embora as condições para a sua efetivação com alguma solidez estejam ainda muito aquém do desejável. Entre os requisitos por preencher, é notória a inexistência de "escala" na economia; o incipiente desenvolvimento da indústria; a fraca produção de bens e os serviços transacionáveis; as deficiências na conectividade interna e externa; a carência de infraestruturas logísticas adequadas; o insignificante número de empresas certificadas pelas normas da "qualidade" e a escassez de *know-how* especializado em comércio internacional.

Outrossim, não obstante muitos destes desafios fugirem ao controlo da CCB, não é menos verdade de que a instituição tem ajudado as empresas nacionais a trilharem o caminho da internacionalização, desde logo com a prorrogativa legal de proceder ao registo do exportador (sistema REX), como a construção de pontes com empresários e instituições de promoção empresarial em mercados estratégicos. É de salientar também que, com a conclusão do processo de delegação de competências em 2022, que reforçará a prorrogativa de emissão não só dos certificados de origem preferencial como agora dos não preferenciais, a CCB estará em melhores condições de apoiar os empresários e empreendedores no seu processo de internacionalização, conjugando-os com outros serviços disponibilizados, como é o caso das missões empresariais.

[3.2.9] Mobilização de financiamentos, atração de investimentos e Gestão de Projetos

O projeto de criação da UMRF - Unidade de Mobilização de Recursos Financeiros, compartilhado com a Câmara de Comércio de Sotavento, resulta de um financiamento do Banco Mundial e teve a finalidade de apoiar o país a minimizar os constrangimentos de acesso ao financiamento, particularmente no que tange a projetos de iniciativa privada.

A consultoria permitiu entregar às duas Câmaras de Comércio um plano estratégico completo, incluindo um conjunto de projetos específicos que deveriam facilitar a pronta operacionalização desta unidade.

O conjunto dos projetos específicos, que traduz a operacionalização efetiva da UMRF, não foi executado em 2021 pelas duas Câmaras de Comércio, considerando dificuldades de vária ordem que inviabilizaram a montagem de estratégias que permitissem o financiamento da fase de instalação.

Porém, foram realizadas em 2021 várias iniciativas de mobilização de recursos financeiros, embora fora do âmbito da UMRF, das quais se destaca devido à sua

importância, o programa intitulado "**COVID-19 Resposta Rápida**" da *West Africa Trade & Investment Hub*.

A CCB apoiou a candidatura de várias empresas associadas ao programa da TRADE HUB, de entre os quais foi aprovado um projeto do setor do agronegócio, com financiamento a fundo perdido em torno dos 30 mil contos, para além da mobilização de financiamentos complementares junto da banca local.

Neste capítulo, foram ainda desencadeados vários processos de mobilização de recursos financeiros para a capacitação técnica da instituição e de empresas associadas, junto de entidades internacionais residentes e fora de Cabo Verde, dos quais se destaca o Programa de Assistência Técnica às MPE's mais afetadas pela crise económica imposta pela pandemia do Covid-19.

O projeto teve um financiamento de 3.502.016 ECV, tendo coberto 20 MPE's das Ilhas de São Vicente e Sal, que foram objeto de intervenção nas componentes de diagnóstico interno, capacitação e desenvolvimento de planos de intervenção, malgrado alguns constrangimentos à implementação, entre os quais a extensão da crise que se esperava mais curta e com menor impacto, que acabou por condicionar a imersão dos gestores e dos donos das empresas no programa.

[3.2.10] Assessoria Jurídica, Arbitragem e Conciliação

Com o propósito de prestar suporte jurídico presencial no relacionamento interinstitucional com tecido empresarial local, em particular aos nossos associados e parceiros, a CCB implementou um gabinete jurídico que, para além destas valências, pudesse igualmente dinamizar o recurso ao serviço de Arbitragem e Conciliação, enquanto uma alternativa eficaz ao sistema jurídico tradicional, particularmente à questão da morosidade e custos inerentes.

Neste quadro, para além da assessoria jurídica providenciada em 2021 a todos os processos internos da CCB e demandas externas, das quais se destacam: o Concelho de Concertação Social, a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a Cooperação Luxemburguesa, a Agência de Regulação das Aquisições Públicas (ARAP), bem como o Observatório do Mercado de Trabalho (OMT), a CCB pôde ainda participar em eventos de base jurídica com relevância para a atualização da legislação laboral nacional (Conferência Internacional do Trabalho), bem como contribuir para a elaboração de importantes documentos estratégicos, como sejam:

- Programa emprego e empregabilidade (Cooperação Luxemburguesa);
- Plano estratégico da ARAP 2021-2026;
- Manual de comércio externo (Unidade de Competitividade – GPM);
- JUCE – Janela Única do Comércio Externo (Unidade de Competitividade – GPM).

[4] Relatório Financeiro

[4.1] Análise **Realização** do Orçamento

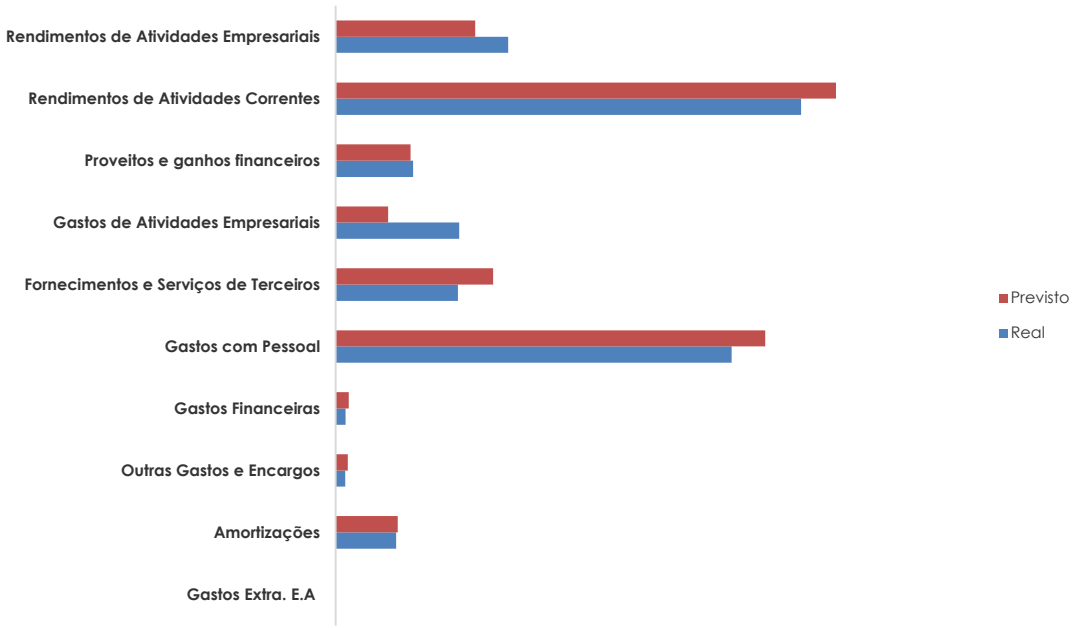
2021 foi um ano em que ainda se sentiu o impacto da pandemia da COVID-19 na atividade económica e nas atividades desenvolvidas pela CCB. No entanto, e conforme avançado anteriormente, a confiança na retoma e o estabelecimento de indicadores de gestão ousados, permitiram que a instituição superasse alguns registos comparativamente a 2020 e 2019.

O orçamento realizado no ano em apreço apresenta um ligeiro desvio em relação ao previsto, com uma variação de 0,7% que fez com que a instituição registasse um resultado negativo de 320 (trezentos e vinte) contos. Todavia, comparativamente a 2020, este resultado representa uma redução de 554 (quinhentos e cinquenta e quatro) contos na situação líquida negativa, face aos 874 (oitocentos e setenta e quatro) contos então registados, ou seja, uma melhoria nos resultados em torno de 63,39%.

A principal causa advém da diminuição dos rendimentos de atividades em rúbricas específicas, nomeadamente nas missões empresariais (cancelamento de eventos internacionais, suspensão de emissão de vistos, encerramento do espaço aéreo, etc.), na organização de eventos, no licenciamento industrial (não foi possível concluir o processo de delegação de competências em 2021), e no aumento das amortizações.

No entretanto, torna-se importante evidenciar alguns aspetos positivos que permitiram esta realização orçamental, como sejam:

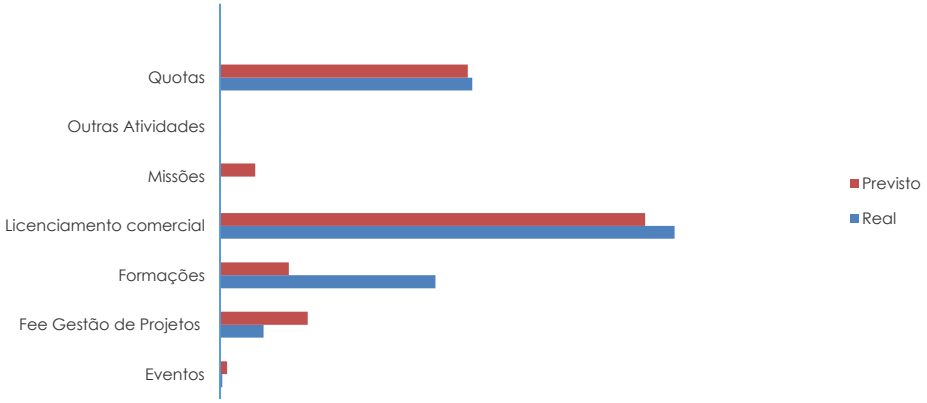
- Diminuição generalizada dos gastos, com exceção da rúbrica de formações que, devido ao aumento do volume de atividades aumentaram naturalmente, mas devidamente suportados pelos respetivos rendimentos;
- Os rendimentos da rúbrica de formações e das atividades empresariais superaram os valores previstos;
- Os rendimentos de atividades correntes, nomeadamente do licenciamento comercial e quotas excederam o previsto;
- Captação de recursos para a realização de formações, reduzindo os respetivos gastos e permitindo a inscrição de mais participantes;
- As rendas de propriedade de investimento superaram o previsto, tais como disponibilização de salas para realização de eventos (conferência e formação).



Rendimentos Previstos e Realizados

Os rendimentos estão agrupados nas seguintes categorias:

- Rendimentos de atividades empresariais;
- Rendimentos de atividades correntes;
- Proveitos e ganhos financeiros.



Origem dos Rendimentos

Os rendimentos advieram dos serviços disponibilizados aos associados e público em geral, nomeadamente formação profissional, organização de eventos, quotização, licenciamento comercial, rendas, entre outros.

De realçar ainda: a importância dos recursos captados para apoiar a realização de várias atividades, junto de parceiros nacionais e internacionais, com o objetivo de aliviar a tesouraria da instituição, por um lado, e de reduzir o custo de comparticipação dos associados e parceiros, por outro.

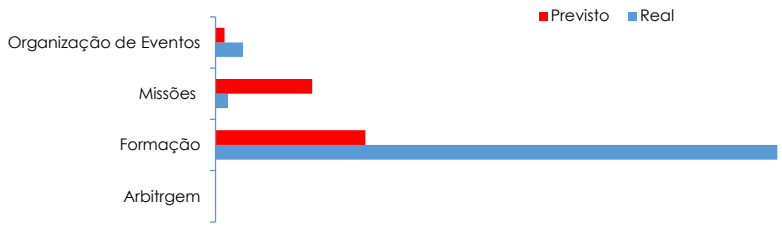
O licenciamento comercial continua a ter um peso preponderante na estrutura orçamental da CCB, contribuindo com 42%, seguido das quotas dos associados (23%), formação Profissional (20%), rendas de exploração de espaços (11%), e "*fee*" de gestão de projetos com 4%.

A contribuição das nossas Delegações nos rendimentos de 2021 são, por ordem decrescente, São Vicente (64%), Sal (13%), Santo Antão, (13%), São Nicolau (6%), e Boa Vista (4%). Comparativamente a 2020, houve uma variação total positiva (em mais de 27%), originada pelo aumento generalizado dos rendimentos.

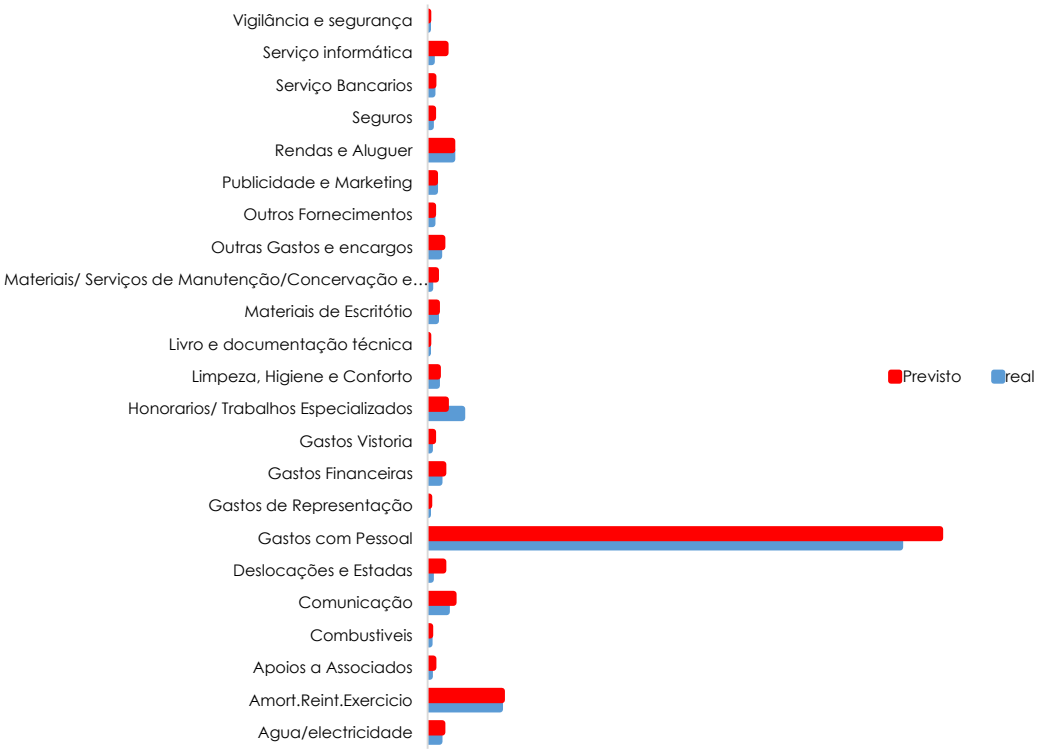
Gastos Previstos e realizados

À semelhança dos rendimentos, os gastos estão divididos em:

- **Gastos de atividades empresariais:**



- **Gastos de atividades correntes:**



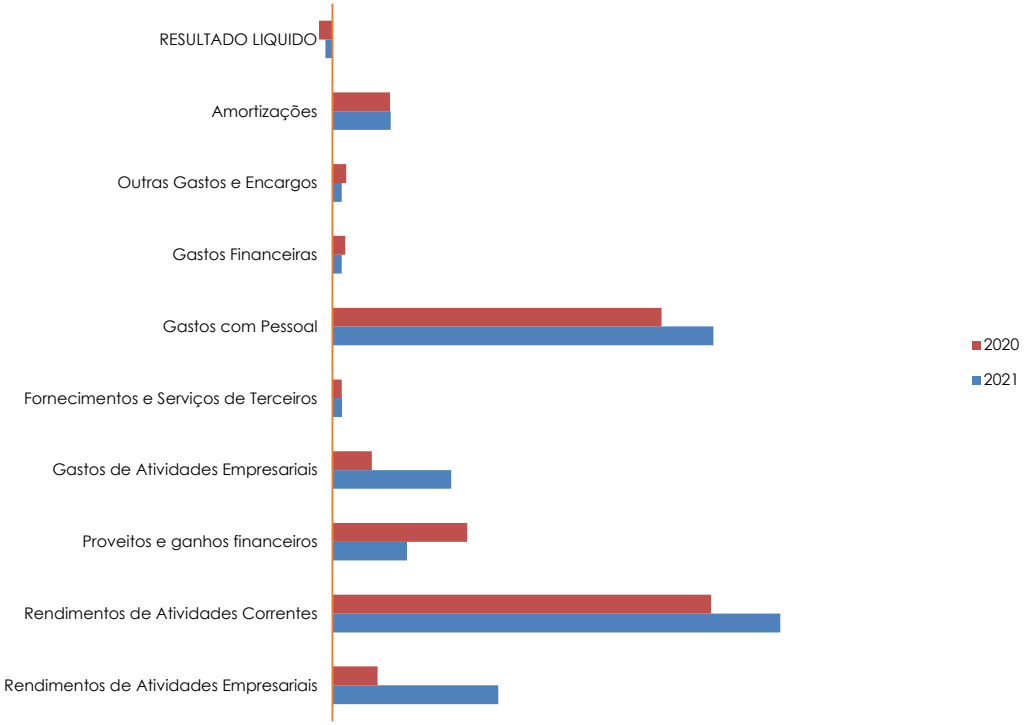
- **Gastos de exploração de propriedade de investimento –** são gastos de funcionamento do "Centro de Negócios", como sejam: eletricidade, conservação e reparação, limpeza e higiene, IUP, gastos financeiros, seguro, amortizações e reintegração de edifícios e equipamentos.

- **Gastos de exploração de Incubadora multissectorial de São Vicente (IMSV) -** são gastos de funcionamento de "Incubadora de empresas", tais como: eletricidade, água, comunicação, despesas com pessoal, honorários de prestadores de serviços, conservação e reparação, limpeza e higiene, e material de escritório.

[4.2] Análise Financeira **2021** – 2020

A comparação do resultado líquido do exercício de 2021 (320 contos negativos) indica uma melhoria na ordem de 554 contos, em relação ao ano transato (874 contos negativos).

Esse resultado indica uma pequena melhoria a nível financeiro e em termos económicos com o aumento de volume de atividades, em relação ao ano transato.



O gráfico anterior demonstra uma ligeira melhoria a nível financeiro, com implicação positiva nas atividades de 2021, comparativamente a 2020, destacando:

- Aumento de rendimentos de atividade Empresariais, particularmente nas rúbricas de formação e "*fee*" de gestão de projetos;
- Aumento de rendimentos de atividades correntes, nomeadamente na rúbrica de licenciamento comercial;
- Diminuição dos gastos de atividades correntes, principalmente nas rúbricas de fornecimentos e serviços de terceiros, derivado do esforço realizado na contenção dos gastos correntes e gastos financeiros, resultado da negociação com a instituição financeira credora para a redução da taxa de juros.

[4.3] Realização do Orçamento de **Investimento**

Atividades	Valor estimado (ECV)	Possíveis Fontes de Financiamento	Follow-up
Construção do Complexo Industrial ZIL	62 017 000,00	Bancário	Suspenso
Instalação da Entidade Privada Certificadora	40 000 000,00	Banco Mundial/UE	Em curso
SGQ – Revisão e Upgrade para Plataforma Digital	1 500 000,00	Banco Mundial	Transitado 2022
Unidade de Mobilização de Recursos Financeiros	40 000 000,00	Banco Mundial/LUX	Em curso
Plano de Comunicação e Marketing	1 500 000,00	UE	Em curso
Atualização do PCCS / Manual de Funções	1 500 000,00	Banco Mundial/LUX	Transitado 2022
Atualização do Parque Informático (sede e Delegações)	1 182 400,00	Banco Mundial/LUX	Em curso
Total	**147 699 400,00**		

A carteira de projetos inscritos no Orçamento de Investimento 2021 foi pensada em 58% com recurso a financiamento externo através de parceiros multilaterais, excetuando o projeto da Construção do Complexo Industrial ZIL, cujo valor do orçamento atualizado, e novamente aprovado em sede da AGO, ascendeu, na altura, o montante de 62.017.000, representando 42% do Orçamento de Investimento.

Tratando-se de um projeto de exploração, a sua montagem teve que passar necessariamente por recursos internos, através de uma engenharia financeira assente num crédito bancário, cujas prestações estariam atreladas forçosamente a um contrato de arrendamento, previamente assinado, de dois dos quatro pavilhões deste complexo, criando assim o espaço orçamental necessário para o normal funcionamento da CCB, e sem riscos de cumprimento do crédito.

Todavia, e à semelhança dos demais projetos de investimento para 2021, este projeto foi severamente condicionado pela crise, tendo sido registado um aumento generalizado dos preços dos materiais de construção, bem como do custo dos transportes internacionais, implicando assim uma nova atualização orçamental, cujo valor é muito superior ao já aprovado e muito acima da capacidade financeira da CCB. Neste contexto, a Direção não teve outra alternativa senão o suspender, até se verificarem as condições já aprovadas para a sua implementação.

Os demais projetos e a exceção do SGQ – Revisão e Upgrade para Plataforma Digital, bem como o da Atualização do PCCS / Manual de Funções, estão em curso, sendo que no caso do projeto da Atualização do Parque Informático (sede e Delegações) houve a necessidade de se avançar parcialmente, com recursos internos, dada a urgente necessidade de serem substituídos alguns equipamentos obsoletos, de forma a garantir o contínuo funcionamento, por um lado, e, por outro, as condições ideais de trabalho aos nossos colaboradores.

[5] ANEXOS

[5.1] Mapa do **Desvio Orçamental**

Rúbrica	Anual		
	Acumulado	Previsto	Variação
RENDIMENTOS			
Rendimentos de Atividades Empresariais	**11.073.908,00**	**8.960.115,00**	**2.113.793,00**
Missões	0,00	1.500.000,00	-1.500.000,00
Formações	9.120.080,00	2.926.112,00	6.193.968,00
Eventos	102.279,00	314.803,00	-212.524,00
FEE Gestão de Projetos	1.851.549,00	3.719.200,00	-1.867.651,00
Arbitragem e Conciliação	0,00	0,00	0,00
Outras Atividades	0,00	500.000,00	-500.000,00
Rendimentos de Atividades Correntes	**29.857.423,00**	**32.100.000,00**	**-2.114.077,00**
Quotas	10.690.000,00	10.500.000,00	190.000,00
Licenciamento Comercial	19.237.000,00	18.000.000,00	1.237.000,00
Licenciamento Industrial	0,00	3.600.000,00	-3.600.000,00
Outras Atividades	58.923,00	0,00	58.923,00
Proveitos e ganhos financeiros	**4.976.684,00**	**4.820.000,00**	**156.684,00**
Juros de depósito bancário	53.013,00	50.000,00	3.013,00
Rendas Propriedade Investimento - "Centro	4.838.879,00	4.770.000,00	68.879,00
Outros Proveitos	**84.792,00**	**0,00**	**84.792,00**
Rendimentos Extra.E.A	**0,00**	**0,00**	**0,00**
TOTAL RENDIMENTOS	**46.036.515,00**	**45.880.115,00**	**156.400,00**
GASTOS			
Gastos de Atividades Empresariais	**7.934.269,00**	**3.375.067,00**	**4.559.202,00**
Missões	168.298,00	1.275.000,00	-1.106.702,00
Formação	7.397.801,00	1.977.067,00	5.420.734,00
Antenas	0,00	0,00	0,00
Quotas junto a organizações internacionais	0,00	0,00	0,00
Organização de Eventos	368.170,00	123.000,00	245.170,00
Arbitragem e Conciliação	0,00	0,00	0,00
Outras não especificadas	0,00	0,00	0,00
Gastos de Atividades Correntes			
Fornecimentos e Serviços de Terceiros	7.862.155,00	10.106.511,00	-2.244.356,00
Água/Eletricidade	648.027,00	800.000,00	-151.973,00
Combustíveis	105.700,00	150.000,00	-44.300,00
Materiais/ Serviços de	152.302,00	450.000,00	-297.698,00
Materiais de Escritório	446.226,00	500.000,00	-53.774,00
Publicidade e Marketing	394.417,00	400.000,00	-5.583,00
Livro e documentação técnica	6.000,00	43.611,00	-37.611,00
Limpeza, Higiene e Conforto	510.505,00	550.000,00	-39.495,00
Gastos Vistoria	119.602,00	300.000,00	-180.398,00
Rendas e Aluguer	1.323.600,00	1.323.600,00	0,00
Gastos de Representação	8.100,00	100.000,00	-91.900,00
Comunicação	1.036.650,00	1.400.000,00	-363.350,00
Seguros	180.697,00	300.000,00	-119.303,00
Vigilância e segurança	1.495,00	50.000,00	-48.505,00
Serviço informático	229.359,00	970.300,00	-740.941,00
Deslocações e Estadias	182.819,00	850.000,00	-667.181,00
Honorários/ Trabalhos Especializados	1.861.224,00	979.000,00	882.224,00
Serviços bancários	262.388,00	325.000,00	-62.612,00
Apoios aos Associados	121.510,00	315.000,00	-193.490,00
Outros Fornecimentos	271.534,00	300.000,00	-28.466,00
Gastos com Pessoal	25.402.057,00	27.548.537,00	-2.146.480,00
Ordenados e Salários	17.680.163,00	18.368.256,00	-688.093,00
Remunerações Adicionais	3.973.575,00	4.904.621,00	-931.046,00
Encargos Patronais	3.314.546,00	3.723.660,00	-409.114,00
Outros Gastos com pessoal	433.773,00	552.000,00	-118.227,00
Gastos Financeiras	642.677,00	850.000,00	-207.323,00
Juros Suportados	642.677,00	850.000,00	-207.323,00
Outros Gastos e Encargos	626.467,00	800.000,00	-173.533,00
Gastos projetos investimento "Centro de	408.939,00	400.000,00	8.939,00
Donativos	0,00	0,00	0,00
Outros Gastos e Encargos	217.528,00	400.000,00	-182.472,00
Amortizações	3.889.020,00	3.200.000,00	689.020,00
Provisões Exercício	0,00	0,00	0,00
Gastos Extra. E.A (82/83)	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE GASTOS	**46.356.645,00**	**45.880.115,00**	**476.530,00**
RESULTADO Líquido	**-320.130,00**	**0,00**	**-320.130,00**

[5.2] Análise Financeira **2021**–2020

Rúbrica	Anual		
	2021	2020	Variação
RENDIMENTOS			
Rendimentos de Atividades Empresariais	**11.073.908,00**	**3.025.224,00**	**8.048.684,00**
Missões	0,00	0,00	-
Formações	9.120.080,00	2.675.224,00	6.444.856,00
Eventos	102.279,00	0,00	102.279,00
FEE Gestão de Projetos	1.851.549,00	350.000,00	1.501.549,00
Arbitragem e Conciliação	0,00	0,00	-
Outras Atividades	0,00	0,00	-
Rendimentos de Atividades Correntes	**29.985.923,00**	**28.725.786,00**	**1.260.137,00**
Quotas	10.690.000,00	10.752.500,00	(62.500,00)
Licenciamento Comercial	19.237.000,00	17.938.064,00	1.298.936,00
Licenciamento Industrial	0,00	0,00	-
Outras Atividades	58.923,00	35.222,00	23.701,00
Proveitos e ganhos financeiros	**4.976.684,00**	**5.512.189,00**	**(535.505,00)**
Juros de depósito bancário	53.013,00	72.254,00	(19.241,00)
Rendas Propriedade Investimento - "Centro Negócio"	4.838.879,00	4.385.950,00	452.929,00
Outros Proveitos	84.792,00	1.053.985,00	(969.193,00)
Rendimentos Extra.E.A	**0,00**	**0,00**	**-**
TOTAL RENDIMENTOS	**46.036.515,00**	**37.263.199,00**	**8.773.316,00**
GASTOS			
Gastos de Atividades Empresariais	**7.934.269,00**	**2.643.230,00**	**5.291.039,00**
Missões	168.298,00	0,00	168.298,00
Formações	7.397.801,00	2.598.133,00	4.799.668,00
Antenas	0,00	0,00	-
Quotas junto a organizações internacionais	0,00	0,00	-
Organização de Eventos	368.170,00	45.097,00	323.073,00
Arbitragem e Conciliação	0,00	0,00	-
Outras não especificadas	0,00	0,00	-
Gastos de Atividades Correntes			
Fornecimentos e Serviços de Terceiros	7.862.155,00	7.909.023,00	(46.868,00)
Água/Eletricidade	648.027,00	635.500,00	12.527,00
Combustíveis	105.700,00	70.045,00	35.655,00
Materiais/ Serviços de Manutenção/Conservação e	152.302,00	165.631,00	(13.329,00)
Materiais de Escritório	446.226,00	368.402,00	77.824,00
Publicidade e Marketing	394.417,00	152.387,00	242.030,00
Livro e documentação técnica	6.000,00	2.620,00	3.380,00
Limpeza, Higiene e Conforto	510.505,00	689.250,00	(178.745,00)
Gastos Vistoria	119.602,00	217.531,00	(97.929,00)
Rendas e Aluguer	1.323.600,00	1.294.440,00	29.160,00
Gastos de Representação	8.100,00	20.990,00	(12.890,00)
Comunicação	1.036.650,00	934.783,00	101.867,00
Seguros	180.697,00	190.842,00	(10.145,00)
Vigilância e segurança	1.495,00	0,00	1.495,00
Serviços informáticos	229.359,00	690.471,00	(461.112,00)
Deslocações e Estadas	182.819,00	379.983,00	(197.164,00)
Honorários/ Trabalhos Especializados	1.861.224,00	1.249.845,00	611.379,00
Serviços bancários	262.388,00	187.414,00	74.974,00
Apoios a Associados	121.510,00	332.109,00	(210.599,00)
Outros Fornecimentos	271.534,00	326.780,00	(55.246,00)
Gastos com Pessoal	25.402.057,00	21.938.082,00	3.463.975,00
Ordenados e Salários	17.680.163,00	14.873.585,00	2.806.578,00
Remunerações Adicionais	3.973.575,00	3.884.945,00	88.630,00
Encargos Patronais	3.314.546,00	2.808.746,00	505.800,00
Outros Gastos com pessoal	433.773,00	370.806,00	62.967,00
Gastos Financeiras	642.677,00	858.381,00	(215.704,00)
Juros Suportados	642.677,00	858.381,00	(215.704,00)
Outros Gastos e Encargos	626.467,00	935.654,00	(309.187,00)
Gastos projetos investimento "Centro de Negócio"	408.939,00	316.993,00	91.946,00
Donativos	**0,00**	**0,00**	**-**
Outros Gastos e Encargos	**217.528,00**	**618.661,00**	**(401.133,00)**
Amortizações	**3.889.020,00**	**3.853.714,00**	**35.306,00**
Provisões Exercício	**0,00**	**0,00**	**-**
Gastos Extra. E.A	**0,00**	**0,00**	**-**
TOTAL DE GASTOS	**46.356.645,00**	**38.138.084,00**	**8.218.561,00**
RESULTADO LIQUIDO	**(320.130,0)**	**(874.885,0)**	**554.755,00**

[5.3] Balanço **2021**–2020

	Notas	31-12-2021 Valores	31-12-2020 Valores
ATIVO			
Ativo Não Corrente	1		
Ativos Fixos Tangíveis	b),c),d)		
Terrenos e Recursos Naturais		590.257	590.257
Edifícios e Outras Construções		4.311.204	4.895.993
Equipamento de Transporte		0	0
Equipamento Administrativo		1.949.127	2.760.571
Outros Ativos Fixos Tangíveis		2.680.035	2.841.506
Total		9.530.623	11.088.327
Propriedades investimento	a)		
Edifícios e Outras Construções		17.574.922	19.422.418
Total		17.574.922	19.422.418
Ativos Intangíveis	e)		
Programas de Computador		0	0
Outros Ativos Intangíveis		0	0
Total		0	0
Outros Ativos Financeiros	f)	0	2.625.112
Total		2.625.112	2.625.112
Investimentos em Curso	g)	2.625.112	2.078.157
Total		2.078.157	2.078.157
Total do Ativo não Corrente		2.078.157	35.214.014
Ativo Corrente		31.808.814	
Cliente	2		3.172.041
Outras Contas a Receber	3	3.169.291	592.829
Pessoal	7	288.273	0
Diferimentos	8	29.910	345.551
Caixa e Depósitos Bancários	9	840.452	17.970.491
Total do Ativo Corrente		19.296.737	22.080.912
Total do Ativo		23.624.663	57.294.926
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		55.433.477	
CAPITAL PRÓPRIO	12,13		
Capital Próprio			
Outras Reservas		39.287.626	39.287.626
Resultados Transitados		(3.594.212)	(2.719.327)
Resultado Líquido do Período		(320.130)	(874.885)
Total do Capital Próprio		35.373.284	35.693.414
PASSIVO			
Passivo não Corrente			
Financiamentos Obtidos	6	4.387.600	7.224.638
Total do Passivo não Corrente		4.387.600	7.224.638
Passivo Corrente			
Fornecedores	4	1.294.972	922.482
Estado e Outros entes Públicos	5	573.598	634.614
Financiamentos Obtidos	6	2.640.210	2.187.195
Acionistas/Sócios		0	0
Outras Contas a Pagar	3	7.841.156	7.633.682
Pessoal	1 i)	14.117	98.850
Diferimentos	8	3.308.540	2.900.051
Total do Passivo Corrente		15.672.593	14.376.874
Total do Passivo		20.060.193	21.601.512
Total do Capital Próprio e do Passivo		55.433.477	57.294.926

[5.4] Demonstração de Resultados **2021**-2020

RÚBRICAS	**Notas**	**PERÍODO**	
		2021	**2020**
		Valores	**Valores**
Rendimentos Atividades Empresariais		11.073.908,00	3.025.224,00
Rendimentos Atividades Correntes		29.985.923,00	28.725.786,00
Outros Rendimentos e Ganhos		4.976.684,00	5.512.189,00
Resultado Operacional Bruto		46.036.515,00	37.263.199,00
Gastos Atividades Empresariais		7.934.269,00	2.643.230,00
Fornecimentos e Serviços Externos		7.862.155,00	7.909.023,00
Valor Acrescentado Bruto		30.240.091,00	26.710.946,00
Gastos com o Pessoal		25.402.057,00	21.938.082,00
Outros Gastos e Perdas		1.269.144,00	1.794.035,00
Resultados Antes de Depreciações,		3.568.890,00	2.978.829,00
Gastos/Reversões de Amortização		3.889.020,00	3.853.714,00
Perdas/reversões por Imparidade de Ativos		0,00	0,00
Resultado Operacional		-320.130,00	-874.885,00
Resultado Antes de Impostos		-320.130,00	-874.885,00
Imposto Sobre Rendimento do Período		0,00	0,00
Resultado Líquido do Período		-320.130,00	-874.885,00

[5.5] **Anexo** ao Balanço e Demonstração de Resultados

INFORMAÇÃO GERAL

Identificação da entidade: Câmara de Comércio de Barlavento/Agremiação Empresarial (CCB)

Sede social: Avenida 5 de Julho, Mindelo, São Vicente - caixa postal: 728

Delegações: Santo Antão (Porto Novo), São Nicolau (Ribeira Brava), Sal (Espargos), Boa Vista (Rabil)

Natureza da atividade: instituição privada de utilidade púbica, sem fins lucrativos, no âmbito da promoção empresarial.

A Câmara de Comércio de Barlavento/Agremiação Empresarial (CCB) é uma pessoa coletiva de direito privado e de utilidade pública, cujos fins essenciais são a promoção do desenvolvimento das atividades económicas compreendidas, nos setores do Comércio, Indústria, Agricultura e Serviços da Região de Barlavento, a dinamização do associativismo empresarial, e a defesa dos interesses dos agentes económicos da região.

Exerce a sua atividade em toda a região de Barlavento, através da Sede e Delegações.

REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro (SNCRF), aprovado pelo Decreto-Lei nº5/2008, de 4 de fevereiro, que entrou em vigor a 1 de janeiro de 2009.

De referir que as notas não indicadas neste anexo não são aplicáveis, ou significativas para a compreensão das Demonstrações Financeiras em análise.

1. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS ADOPTADAS

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade, em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro (SNCRF), tendo em conta as principais políticas contabilísticas:

i) Comparabilidade;
ii) Relevância;
iii) Fiabilidade.

Os Órgãos Sociais, particularmente a Direção e o Conselho Fiscal, exercem e emitem, de acordo com as competências estatutárias, controlo e pareceres sobre a aplicação das políticas contabilísticas.

a) Propriedade de investimento

Estão registadas como propriedade de investimento o Centro de Negócios da CCB, enquanto sede da instituição, bem como o edifício localizado em Alto Miramar, atualmente sob arrendamento. O Centro de Negócios é composto por 4 pisos, incluindo: uma cave contendo a sala do servidor da CCB e uma outra sala para formação multimédia; no piso térreo, encontram-se os escritórios, uma sala de formação e reuniões; no segundo piso uma sala de conferências; e no terceiro e quarto pisos, espaço de arrendamento para escritório.

Os espaços de arrendamento para escritório, tanto no Centro de Negócios como no de Alto Miramar, continuam ocupados pelo Instituto Marítimo Portuário (IMP).

A renda é mensal e o contrato tem validade de um ano, renovável automaticamente por igual período. Não transitou para 2022 nenhum pendente, ou seja, em 31 de dezembro do ano transato as rendas estavam todas liquidadas.

Os gastos e rendimentos inerentes à exploração do referido edifício "Centro de Negócios" foram contabilizados nas contas de rendimentos e gastos em propriedades de investimento.

b) Os Ativos fixos tangíveis

Encontram-se mensurados ao custo de aquisição, que inclui o valor de fatura de fornecedor acrescido de todos os gastos de compra e instalação, e deduzidas as depreciações.

Em 2021 os investimentos em ativos fixos tangíveis foram em torno de 398 (trezentos e noventa e oito) contos em equipamentos e mobiliários para o gabinete do recém-nomeado Secretário-Geral, um projetor para Delegação da ilha de Santo Antão, bem como um computador para substituição do então existente na Delegação na ilha do Sal.

As despesas de conservação e reparação que não aumentaram a vida útil dos ativos, nem resultaram em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos tangíveis, foram registadas como gastos do período.

Encontra-se pendente a reavaliação de alguns ativos fixos, nomeadamente, o edifício "Centro de Negócios" e a viatura institucional.

c) Depreciações/Amortizações

São calculadas sobre os valores de aquisição ou justo valor, conforme o caso, pelo método das quotas constantes, com imputação duodecimal. As principais taxas utilizadas são:

i) Edifícios e outras construções 4%;
ii) Equipamentos de transportes 12,5%;
iii) Equipamento administrativo, mobiliário e diversos 10% a 25%;
iv) Outros ativos fixos tangíveis 5%.

Foram ainda registadas as amortizações acumuladas referentes às propriedades de investimento (Centro de Negócios – 1/3) e ativo fixo tangível (Sede).

d) Abates de ativos fixos

Em 2021 não foram registadas abates.

e) Ativos intangíveis e amortizações

Em 2021 não foi feito nenhum investimento em ativos intangíveis. Manteve-se o *software* contabilístico "PRIMAVERA", que já foi amortizado em 2013.

f) Investimento financeiros

O investimento de 6.875 (seis milhões, oitocentos e setenta e cinco) contos corresponde a 27,5% da participação da CCB no capital de SGZ – Sociedade de Gestão da Zona Industrial do Lazareto continua pendente da transferência/realização do capital, 5%, da Câmara de Comércio de Sotavento.

Pela percentagem da participação, a mensuração deste ativo poderia ter sido feita pelo Método de Equivalência Patrimonial (NRF nº 23). No entanto, este procedimento não foi registado devido ao atraso na disponibilização/aprovação das contas de SGZ, sendo o último balanço e demonstrações de resultado de 2014.

Em 2019, foi registada uma desvalorização do investimento inicial, como perda por redução de justo valor no montante de 3.231 (três milhões, duzentos trinta e um mil) contos, que corresponde a 53% do capital investido.

O investimento financeiro referente à participação no capital da Sociedade AFROVERDE – CAPITAL PARTNERS, S.A., NIF 27164209, realizado em 2016, no valor de 1.000 (mil) contos, corresponde a 1.000 (mil) ações a ser realizadas em dinheiro.

Foi realizado 30% do capital, em 2016, no montante de 300 (trezentos) contos e o valor restante, na ordem de 700 (setecentos) contos, realizável num prazo de 5 (cinco) anos. Tendo em conta o andamento desse processo, foi constituído, em 2019, uma perda por imparidade no valor do capital realizado (300 contos), não havendo mais riscos para CCB/AE.

Todavia, conforme referenciado no ponto [3.1.6] deste relatório, está em curso, desde setembro de 2021, um processo de compra e venda dessas ações, em que possivelmente a CCB reverterá a imparidade registada, e estornar-se-á os 700 contos registados em Credores por Subscrição não Liberadas.

g) Investimentos em curso

Os montantes incluídos na rúbrica de investimentos em curso correspondem aos gastos inerentes à construção de quatro pavilhões na Zona Industrial "ZIL". Neste capítulo, e conforme avançado no ponto [3.1.7] do presente relatório, o processo teve que ser suspenso por conta do aumento generalizado dos preços dos materiais de construção, o que fez aumentar sobremaneira o orçamento aprovado em sede da Assembleia Geral 2020.

h) Especialização de exercícios

Os rendimentos e ganhos são registados de acordo com o princípio da especialização de exercícios, ou seja, as transações são contabilisticamente reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos.

Não se provisionou o direito a férias do pessoal por não se aplicar a instituições sem fins lucrativas.

i) Responsabilidades assumidas com pessoal

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, subsídio de férias, subsídio de Avaliação de Desempenho (SAD) atribuído no mês de dezembro e quaisquer outras retribuições adicionais decididas, pontualmente, pela Direção. As

obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados.

É política da CCB consiste em abonar aos seus colaboradores com um subsídio de férias, correspondente a um mês de salário, e um subsídio de Avaliação de Desempenho no mês de dezembro, em função da produtividade, tendo como mínimo exigível uma avaliação de BOM, sendo que MUITO BOM corresponde a 100% do salário. Devido ao impacto da crise na atividade empresarial, e consequentemente, nas receitas da empesa, a direção deliberou atribuir o SAD enquanto reconhecimento coletivo ao desempenho institucional, mas dadas as limitações financeiras, teve que atribuir apenas 70% do salário.

De acordo com a legislação Cabo-verdiana vigente, os trabalhadores têm direito a um mês de férias remuneradas, por coincidir com o ano civil, vencendo em 31 de dezembro de cada ano. Este encargo representa um direito adquirido pelo serviço prestado no ano civil anterior ao do seu pagamento.

Os colaboradores da CCB encontram-se integralmente abrangidos pelo regime oficial de previdência social (INPS), seguro de acidente de trabalho (SOAT), e seguro de viagens através de uma apólice aberta. A instituição não assume, adicionalmente, qualquer responsabilidade, presente ou futura, relacionada com o pagamento de pensões ou complementos de reforma.

2. CLIENTES

Na conta de "Clientes" foram registados os movimentos com os associados, e pelo seu valor nominal, nomeadamente faturas de formações profissionais, algumas faturas de quotas que foram solicitadas pelos associados, e/ou outros débitos derivados das atividades da instituição, permitindo um maior controlo contabilístico e financeiro.

3. OUTRAS CONTAS A RECEBER E A PAGAR

Os rendimentos referentes às quotas dos associados são registados pelo regime de caixa, em que o rendimento só é reconhecido com o respetivo recebimento, através de emissão de uma fatura recibo no valor correspondente.

A conta 26 – "Outras Contas a Receber e Pagar" inclui alguns movimentos relacionados com licenciamento comercial, quotas, arrendamento de salas de conferências e formação, formação profissional, eventos públicos, e prestadores de Serviços (formadores, consultores, etc.).

4. FORNECEDORES

As contas a pagar aos fornecedores são registadas pelo seu valor nominal, não vencem juros, e são essencialmente equivalentes ao seu justo valor.

5. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Correspondem às retenções referentes ao período em análise, efetuadas no processamento das remunerações do pessoal e prestadores de serviços, nomeadamente:
i) IRPS (Impostos sobre Rendimentos de pessoas singulares);
ii) INPS (Instituto Nacional de Providências Social) que engloba tanto as retenções dos trabalhadores como os encargos da entidade patronal "CCB". Não consta nenhum

pendente com nenhuma dessas instituições, referentes aos anos anteriores.

6. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Em 2021 não foram contraídos quaisquer empréstimos, mantendo-se aqueles contraídos junto ao Banco Comercial do Atlântico, sendo que a amortização decorre normalmente, como previsto, sendo:

- **Maio de 2014**, obtenção de um crédito no valor de 9.313 (nove mil, trezentos e treze) contos para realização das obras de remodelação do Centro de Negócios da CCB, amortizável em 10 anos a uma taxa de juro de 10,5%, e com uma renda mensal de 124 (cento e vinte e quatro) contos. Em 2021, foi renegociada a taxa de juro, reduzindo a então taxa de 10,5% para 6,8%, o que significou uma redução no valor das prestações mensais de 124 (cento e vinte e quatro) contos para o atual 116 (cento e dezasseis) contos;

- **Dezembro de 2017**, obtenção de um crédito no valor de 5.300 (cinco mil e trezentos) contos, para a remodelação do rés-do-chão do então futuro, agora no presente escritórios da sede da CCB. As condições do empréstimo resumem-se a um período de amortização de 7 anos e a uma taxa de juro de 6,85%, sendo a renda mensal de 79 (setenta e nove) contos;

- **Novembro de 2018**, obtenção de um crédito no valor de 2.652 (dois mil, seiscentos e cinquenta e dois) contos para a aquisição e instalação de um sistema solar fotovoltaico para o "Centro de Negócios", amortizável em 5 anos a uma taxa de 6,8%, e prestações mensais e consecutivas de 53 (cinquenta e três) contos.

7. Pessoal

O saldo da conta 27 "Pessoal" corresponde ao adiantamento do salário por motivo de baixa médica que será restituida em janeiro de 2022.

8. DIFERIMENTOS

Os gastos e rendimentos referentes aos períodos seguintes foram registados na conta de diferimentos (28), nomeadamente, "gastos a reconhecer (281)" e "rendimentos a reconhecer (282)".

9. CAIXA E DEPÓSITO BANCÁRIO

A 31 de dezembro de 2021 e 2020 a conta de disponibilidade, Caixa e Equivalentes de Caixa, apresentavam a seguinte decomposição:

Descrição	2021	2020	Variação
1181 – Caixa	180.000,00	180.000,00	0,00
1211 – D.O. - BCA	5.196.602,00	6.753.803,00	-1.557.201,00
1212 – D.O. - CECV	2.683.905,00	1.676.033,00	1.007.872,00
1213 – D.O. - BI	558.381,00	1.744.100,00	-1.185.719,00
1214 – D.O. - BCN	1.064.639,00	873.423,00	191.216,00
1215– D.O. - BAI	1.570.739,00	797.619,00	773.120,00
12171 - iib	91.000,00	0,00	91.000,00
1311 - BCA	318.777,00	318.777,00	0,00
1312 - D.P - CECV-Caixa Económica de Cabo Verde	1.632.694,00	1.626.736,00	5.958,00
1313 - BI_BANCO INTERATLANTICO	6.000.000,00	4.000.000,00	2.000.000,00

10. DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

A conta "caixa" não é movimentada e as pequenas despesas são realizadas através de um "fundo fixo", tando na Sede como nas Delegações. Os recebimentos, em dinheiro ou cheque, são depositados na conta à ordem, o mais tardar, no dia útil seguinte à operação.

A conta de depósito a ordem inclui depósitos de curto prazo e são imediatamente realizáveis. A conta de depósitos a prazo engloba pequenos investimentos que vencem juros na ordem de 1% a 1,5% ao ano e não capitalizáveis, com exceção de um depósito a prazo constituído em 2016 na CECV.

Para efeitos de elaboração do mapa de demonstração dos "fluxos de caixa" foram considerados depósitos bancários e os pagamentos. Foi utilizado o método direto de fluxo de caixa e registado um ligeiro aumento em relação ao ano transato:

RÚBRICAS	Notas	PERÍODO	
		2021	2020
		Valores	Valores
Método Direto			
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes	2	**13.049.837,00**	**6.592.123,00**
Pagamentos a fornecedores	4	**-6.590.811,00**	**-5.975.780,00**
Pagamentos ao pessoal	1i)	**-23.629.166,00**	**-20.342.748,00**
Caixa gerada pelas operações		**-17.170.140,00**	-19.726.405,00
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		**0,00**	**0,00**
Outros recebimentos/pagamentos	3	**22.263.093,00**	**27.631.761,00**
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		**5.092.953,00**	**7.905.356,00**
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	1b)	**-483.820,00**	-63.650,00
Outros ativos		**0,00**	0,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		**-483.820,000,00**	**-63.650,00**
Pagamentos respeitantes a:		**0,00**	
Financiamentos obtidos		**-2.640.210,00**	-2.187.195,00
Juros e gastos similares	10	**-642.677,00**	-858.381,00
Dividendos	10	**0,00**	0,00
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		**0,00**	0,00
Outras operações de financiamento		**0,00**	0,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		**-3.282.887,00**	-3.045.576,00
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		**1.326.246,00**	**4.796.130,00**
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		**17.970.491,00**	**13.174.361,00**
Caixa e seus equivalentes no fim do período		**19.296.737,00**	**17.970.491,00**

11. GASTOS

Esta rúbrica inclui os gastos de atividades empresariais e gastos de atividades correntes. Os gastos de atividades empresariais estão relacionados com formação profissional e eventos públicos, e apresentam o seguinte saldo:

Atividades empresariais	Real	Orçado	Variação	%
Missões empresariais	168.298,00	1.275.000,00	-1.106.702,00	-86,80%
Formações profissionais	7.397.801,00	1.977.067,00	5.420.734,00	274,18%
Antenas	0,00	0,00	0,00	0,00
Quotas junto a organizações internacionais	0,00	0,00	0,00	0,00
Eventos públicos	368.170,00	123.000,00	245.170,00	199,33%
Arbitragem e Conciliação	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras não especificadas	0,00	0,00	0,00	0,00
Total.....	**7.934.269,00**	**3.375.067,00**	**4.559.202,00**	**135,08%**

Os gastos de atividades correntes estão relacionados com os gastos de funcionamento da instituição, nomeadamente fornecimento e serviços de terceiros, gastos com pessoal, gastos financeiros, outros gastos e encargos, amortizações. O saldo é composto essencialmente por:

Atividades correntes	Real	Orçado	Variações	%
Fornecimentos e Serviços de Terceiros	7.862.155,00	10.106.511,00	-2.244.356,00	-22,21%
Gastos com Pessoal	25.402.057,00	27.548.537,00	-2.146.480,00	-7,79%
Gastos Financeiras	642.677,00	850.000,00	-207.323,00	-24,39%
Outras Gastos e Encargos	626.467,00	800.000,00	-173.533,00	-21,69%
Amortizações	3.889.020,00	3.200.000,00	689.020,00	21,53%
Total.....	**38.422.376,00**	**42.505.048,00**	**-4.082.672,00**	**-9,61%**

Os gastos inerentes à exploração do bem de investimento (eletricidade e água; conservação e reparação) foram registados na conta de gastos de projetos investimento "Centro de Negócios". Os gastos com amortização do empréstimo para remodelação do edifício foram registados nas contas gastos financeiros "juros suportados".

- ***Outros gastos financeiros***, composto essencialmente por:

Outros gastos exploração e financeiros	Real	Orçado	Variação	%
Juros Suportados	642.677,00	850.000,00	-207.323,00	-24,39%
Gastos projetos investimento "Centro de Negócio"	408.939,00	400.000,00	8.939,00	2,23%
Gastos Extra. E.A	217.528,00	400.000,00	-182.472,00	-45,62%
Total.....	**1.269.144,00**	**1.650.000,00**	**-380.856,00**	**-23,08%**

12. RENDIMENTOS, estão divididos em:

Rendimentos de atividades empresariais, que englobam os seguintes rendimentos:

Atividades empresariais	Real	Orçado	Variação	%
Missões	0,00	1.500.000,00	-1.500.000,00	-100,00%
Formações	9.120.080,00	2.926.112,00	6.193.968,00	211,68%
Eventos	102.279,00	314.803,00	-212.524,00	-67,51%
Fee Gestão de Projetos	1.851.549,00	3.719.200,00	-1.867.651,00	-50,22%
Arbitragem e Conciliação	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Atividades	0,00	500.000,00	-500.000,00	-100,00%
Total.....	**11.073.908,00**	**8.960.115,00**	**2.113.793,00**	**23,59%**

- ***Rendimentos de atividades correntes***, como o nome indica, estão relacionados com o próprio funcionamento da instituição, como sejam, quotas, licenciamento comercial, e outras atividades, com o seguinte saldo:

Atividades empresariais	Real	Orçado	Variação	%
Quotas	10.690.000,00	11.000.000,00	-310.000,00	-2,82%
Licenciamento	19.237.000,00	16.000.000,00	3.237.000,00	20,23%
Outras Atividades	58.923,00	0.00	0,00	100,00%
Total.....	**29.985.923,00**	**27.000.000,00**	**2.927.000,00**	**10,84%**

- ***Outros Proveitos e ganhos financeiros,*** engloba os rendimentos provenientes de juros de depósito a prazo, rendas de exploração do edifício "Centro de Negócios, serviços de "videoconferência", e outros proveitos que inclui a reversão de imparidade criada em 2019, nomeadamente:

Proveitos e ganhos financeiros	Real	Orçado	Variação	%
Juros de depósito bancário	53.013,00	50.000,00	3.013,00	6,03%
Rendas Prop. Investimento - "Centro Negócio"	4.838.879,00	4.770.000,00	68.879,00	1,44%
Outros Proveitos	84.792,00	0,00	0,00	100,00%
Total.....	**4.976.684,00**	**4.820.000,00**	**71.892,00**	**1,49%**

13. CAPITAL PRÓPRIO E RESULTADOS

A conta de resultados engloba o resultado líquido do exercício e de exercícios anteriores. No exercício de 2021 foram contabilizados gastos no montante de 46.357 (quarenta e seis mil, trezentos e cinquenta e sete) contos, e rendimentos no montante de 46.037 (quarenta e seis mil e trinta e sete) contos, pelo que o Resultado do exercício foi negativo em 320 (trezentos e vinte) contos.

14. MAPA DE VARIAÇÃO DE CAPITAL PRÓPRIO RESULTADOS

Não houve variação de capital próprio. As correções relativas ao período transato não foram relevantes, pelo que por este motivo foram registadas nas contas de gastos e rendimentos do período.

		Capital próprio atribuído aos detentores do capital (entidade individual/empresa mãe)									
		Capital realizado	Reservas Legais	Outras reservas	Ajustamentos em ativos Financeiros	Outras Variações no capital Próprio	Resultados Transitados	Resultado líquido do período	Total	Interesses Minoritários	Total do Capital Próprio
POSIÇÕES NO INÍCIO DO PÉRIODO 2021	1	0,00	0,00	39.287.626,00		0,00	-2.719.327,00	-874.885,00	35.693.414,00		35.693.414,00
ALTERAÇÕES REFERENTES A RENDIMENTOS E GASTOS RECONHECIDOS NO PERÍODO											0,00
Resultado líquido do período		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-320.130,00	-320.130,00	0,00	-320.130,00
Primeira adoção novo referencial contabilístico		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alterações nas políticas contabilísticas e as correções de erros		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedees de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respetivas variações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajustamentos por impostos diferidos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO EXTENSIVO	2	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-320.130,00	-320.130,00	0,00	-320.130,00
OPERAÇÕES C/ DETENTORES CAPITAL NO PERÍODO											
Realizações de capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realizações de prémios de emissão		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Distribuições		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Entradas para cobertura de perdas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações com detentores de capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	3	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS OPERAÇÕES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-874.885,00	874.885,00	0,00	0,00	0,00
GANHOS EXERCÍCIOS ANTERIORES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	4	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-874.885,00	874.885,00	0,00	0,00	0,00
POSIÇÕES NO FIM DO PÉRIODO 2021 (1+2+3+4)		**0,00**	**0,00**	**39.287.626,00**	**0,00**	**0,00**	**-3.594.212,00**	**-320.130,00**	**35.373.284,00**	**0,00**	**35.373.284,00**

[5.6] Relatório da **Auditoria Externa 2021**

CONSULTADORIA FINANCEIRA, GESTÃO E REPRESENTAÇÕES, LDA.
NIF: 252 245 067

NIF: 252245067

Exmo. Senhor
PRESIDENTE DO CONSELHO DIRETIVO
DA CÂMARA DE COMÉRCIO DE BARLAVENTO /
/ AGREMIAÇÃO EMPRESARIAL
S. Vicente

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Opinião

Auditamos as demonstrações financeiras da CÂMARA DE COMÉRCIO DE BARLAVENTO / AGREMIAÇÃO EMPRESARIAL abreviadamente CCB / AE, que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2021, a demonstração dos resultados, a demonstração das alterações do capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa, findo naquela data, bem como o respetivo anexo ás demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas e outras informações explicativas.

Salvo algumas recomendações apresentadas para serem implementadas em 2022, a nossa opinião é que as demonstrações financeiras são apresentadas de forma apropriada, com um ativo líquido de 55.433 mEcv, um património líquido de 35,374 mEcv e um passivo de 20.059 mEcv, representam em todos os aspectos materiais a posição em 31 de Dezembro de 2021, o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao exercício findo naquela data, de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro, mesmo não sendo obrigatório a aplicação do SNRF nas associações sem fins lucrativos.

Bases para a opinião

A Direcção não fez testes de imparidade relativamente aos saldos a receber de sócios e instituições e não criou imparidade para as participações financeiras noutras empresas que apresentem riscos de incobrabilidade e perdas de valores das quotas subscritas e realizadas. O pagamento de quotas é facultativo, no entanto, através de visitas e contatos têm conseguido recuperar uma boa parte das quotas dos associados. O registo de quotas está a ser feito pelo sistema de caixa, o que eliminará créditos incobráveis.

Incerteza material relacionada com a continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas num contexto normal de continuidade da instituição, no futuro, apesar da pandemia do corona-virus (covid-19).

No desenvolvimento do trabalho de auditoria, tomamos conhecimento dum leque de projetos e programas para liderança do sector empresarial privado a partir de 2019, assinando acordos de

Av. Che Guevara, 5 — Caixa Postal 704 — Telefones: 232 57 75 / 231 96 03 — Telefax: 231 96 04
E-mail: finger@cvtelecom.cv
S. VICENTE — REPÚBLICA DE CABO VERDE

descentralização de alguns serviços públicos para as Câmaras, nomeadamente o "licenciamento industrial" e emissão de "Certificados de Origem".

Matérias relevantes da Auditoria

Funcionou em pleno o Prédio da Sede / Centro de Negócios, ocupado fisicamente pela CCB /AE em Janeiro de 2018, depois de introduzido alterações ao projeto inicial do edifício para absorver mais serviços desconcentrados do Estado para esta Região, mas mesmo com a pandemia, os rendimentos nesse setor aumentou para 4.839 mECV (4.386 mEcv em 2020). No exercício em análise mantivemos com 3 empréstimos do BCA de valor inicial global de 17,303 mEcv e em 31.12.21 a dívida era de 7.028 mEcv (41 % do valor inicial). A instituição financeira encontrou uma parceira séria e há sinais de vir a financiar outros projectos de desenvolvimento do sector privado cabo-verdiano, liderado pela CCB /AE.

De salientar que a instalação do sistema de videoconferência para as Delegações e Sede financiado pela Unidade de Gestão de Projetos Especiais – Ministério das Finanças, em exercícios anteriores, continua a contribuir para redução de gastos e apoio na comunicação com as delegações e outras instituições, nomeadamente nesse período de pandemia.

Das recomendações da auditoria anterior, não foi implementado a separação do valor dos terrenos e das construções. Deve-se recordar que na data da construção do prédio da Sede / Centro de Negócios não se vendia terrenos e o da Rua da Boavista é propriedade horizontal.

Os rendimentos das atividades empresariais aumentaram para 11,074 mEcv (3.025 em 2020) destacando a formação com mais de 82%, sendo a taxa de realização deste exercício de 124% do programado.

Responsabilidade do órgão da Direcção e dos encarregados da governação pelas Demonstrações Financeiras

A Direcção e os encarregados da governação são responsáveis pela preparação e apresentação apropriadas destas demonstrações financeiras de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro e pelo controlo interno que determine ser necessário para possibilitar a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro.

Responsabilidade do Auditor

A nossa responsabilidade é expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base na auditoria, que foi conduzida de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) para obter garantia razoável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorção material.

Uma auditoria envolve executar procedimentos para obter prova de auditoria acerca das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras. Os procedimentos seleccionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude ou erro. Ao fazer essas avaliações do risco, o auditor considera o controlo interno relevante para a preparação e apresentação apropriada das demonstrações financeiras pela entidade a fim de conceber

procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não com a finalidade de expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da entidade. Uma auditoria inclui também avaliar a apropriação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas feitas pela Direção, bem como avaliar a apresentação global das demonstrações financeiras.

Somos independentes da CCB / AE de acordo com os requisitos do Código de Ética do International Ethics Standards Boards for Accountants (IESBA) e com as normas éticas do Código de Ética da OPACC – Ordem Profissional de Auditores e Contabilistas Certificados, relevantes para auditoria de demonstrações financeiras em Cabo Verde e cumprimos com as restantes responsabilidades éticas previstas no código de ética do IESBA.

Mindelo, 21 de Fevereiro de 2022

Finger – Consultadoria Financeira
Sociedade de Auditores Certificados, Lda

-Manuel de Jesus Monteiro-
Auditor Certificado – OPACC -CV
Cédula Profissional nº 017

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Ano económico de 01 de Janeiro de 2021 a 31 de Dezembro de 2021

Senhores associados,

RELATÓRIO

No cumprimento do mandato, que V. Exas. nos conferiram e no desempenho das nossas funções legais e estatutárias, analisamos a atividade da **Câmara de Comércio de Barlavento/Agremiação Empresarial - CCB/AE,** relativamente ao período findo em 31 de Dezembro de 2021, examinamos os livros, registos contabilísticos e demais documentações, constatamos a observância da lei e dos estatutos nos seus aspetos mais relevantes e obtivemos da Direção e dos demais serviços os esclarecimentos necessários.
As Demonstrações Financeiras, onde se inclui um balanço analítico que evidencia um total de ativo de 55.433 milhares de escudos, um passivo de 20.059 milhares de escudos e um total de capital próprio de 35.374 milhares de escudos, uma Demonstração de Resultados por Natureza, com um resultado líquido negativo de 320 milhares de escudos e diversos quadros de apoio, lidos em conjunto com os relatórios de gestão preparado pela Direção e do auditor independente, permitiram-nos uma adequada compreensão da situação financeira, a formação dos resultados do período da agrerriação e que satisfazem as disposições legais e estatutárias em vigor.

Para a preparação da informação financeira, a CCB/AE adota o Sistema de Normalização Contabilística e Relato Financeiro – SNCRF, resultando disto as divulgações que o normativo estabelece.

O SNCRF, em vigor desde 2009, estabelece os requisitos que uma entidade deve observar no processo de relato financeiro. Uma característica qualitativa da informação exigida pelo normativo é a sua comparabilidade com informações do período precedente. A informação divulgada nas Demonstrações Financeiras e relativa ao período de 2021 é comparada com o ano de 2020.

Paulo Monteiro

Da leitura do Balancete (que deu origem às Demonstrações Financeiras), a Direção Financeira continuou com a separação dos gastos e rendimentos relacionados com a função operacional da função financeira. Esta realidade foi devidamente refletida na Demonstração dos Resultados, isto é, os valores da atividade operacional separados da extra operacional.

Constatamos e damos relevo aos seguintes fatos:

I. Por não ser legalmente obrigatório o pagamento de quotas em atraso, não se criou perdas por imparidade, em relação as dívidas dos sócios. Não obstante, não se realizaram testes de imparidade relativamente aos saldos a receber de sócios e instituições e o não reforço das imparidades para as participações financeiras noutras empresas, que apresentam riscos de incobrabilidade e perdas de valores das quotas subscritas e realizadas.

II. Com a instalação do sistema de videoconferência, na Sede e nas Delegações, financiado pelo Ministério das Finanças – UGPE (Unidade de Gestão de Projetos Especiais), bem como, de equipamentos complementares, em exercícios anteriores, não só continua a contribuir para a redução dos gastos neste tempo de pandemia, como melhorou grandemente a comunicação e celeridade de contatos, entre as Delegações e a Sede e, estes, com outras instituições.

III. Conforme recomendações das anteriores auditorias e tendo em conta que, aquando da construção do prédio da Sede / Centro de Negócios, não se vendia terrenos e o da Rua da Boavista é de propriedade horizontal, pelo que se deve separar os valores do terreno e das construções.

IV. O edifício da Sede / Centro de Negócios, ocupado pela CCB desde 2018, funcionou em pleno, após terem sido feitas alterações no projeto inicial do edifício, permitindo a absorção de mais serviços desconcentrados do Estado. Entretanto, apesar das consequências da pandemia, os rendimentos nesse sector aumentaram de 4.386 contos em 2020, para 4.839 contos em 2021. Os 3 empréstimos junto do BCA

Paulo Monteiro

mantém-se, cuja divida a 31.12.2021 era de 7.028 contos (41% do valor inicial). Sinais claros da credibilidade da CCB/AE, havendo, portanto, interesse do Banco em continuar a financiar outros projetos de desenvolvimento do setor privado, liderado pela CCB/AE.

V. Se em 2020, devido a pandemia, a taxa de realização do exercício ficou aquém do programado, em 2021, a situação inverteu-se, ou seja, a taxa de realização do exercício atingiu os 124% do programado. Em valores absolutos houve um crescimento de 3.025 contos, para 11.074 contos, com destaque para a Formação, com 82%.

PARECER

Nestes termos e considerando as informações obtidas do relatório da Direção, damos o seguinte parecer:

I. Seja aprovado o relatório de Gestão da Direção;

II. Sejam aprovadas as Demonstrações Financeiras, compostas pelo Balanço e Demonstração dos Resultados por Natureza, Demonstração dos Fluxos de Caixa, bem como, o relatório do Auditor Independente e que fazem parte deste relatório do CF – Conselho Fiscal;

Mindelo, 09 de Março de 2022

Paulo Monteiro

O Presidente do Conselho Fiscal, Garantia Seguros, representado pelo Dr. Paulo Monteiro

O vogal, Matec, SA, representado pelo Eng. Pedro Medina

O vogal, Limage, Lda, representado pelo Sr. José Gomes Lima

[5.8] Balancete 2021

Conta	Descrição	Débito (Acum.)	Crédito (Acum.)	Saldo (Acum.)
11	CAIXA	180.000	0	180.000
118	Fundo Fixo	180.000	0	180.000
1181	Fundo Fixo Sede	50.000	0	50.000
1182	Fundo Fixo Sal	65.000	0	65.000
1183	Fundo Fixo Santo Antão	20.000	0	20.000
1184	Fundo Fixo BOA VISTA	25.000	0	25.000
1185	Fundo Fixo São Nicolau	20.000	0	20.000
	Sub Total	**180.000**	**0**	**180.000**
12	DEPÓSITOS À ORDEM	81.979.969	70.814.703	11.165.266
121	Deposito Ordem - Bancos Nacionais	66.586.432	55.421.166	11.165.266
1211	DO - BCA	37.204.333	32.007.731	5.196.602
12111	DO - BCA C/ Nr. 64958282	37.172.193	32.007.731	5.164.462
12112	DO - BCA C/ Nr. 68394216	32.140	0	32.140
1212	DO - CECV	10.450.766	7.766.861	2.683.905
12121	DO - CECV C/ Nr. 3940551	7.758.839	6.566.647	1.192.192
12122	DO - CECV C/ Nr. 62929781	2.691.927	1.200.214	1.491.713
1213	DO - BI	13.479.374	12.920.993	558.381
12131	DO - BI C/ Nr. 9997801	13.479.374	12.920.993	558.381
1214	DO - BCN	3.121.140	2.056.501	1.064.639
12141	DO - BCN C/ Nr. 556606	3.121.140	2.056.501	1.064.639
1215	DO - BAI	2.239.819	669.080	1.570.739
12151	DO - BAI C/ NR.	2.239.819	669.080	1.570.739
1217	DO - INTERNATIONAL INVESTEMENT BANK (iib)	91.000	0	91.000
12171	DO - iib C/nº 00113/01/0011346/09	91.000	0	91.000
129	Transferência entre Bancos	15.393.537	15.393.537	0
1291	Transferência Mesmo Banco	15.000.000	15.000.000	0
1292	Transferência Bancos Diferentes	393.537	393.537	0
	Sub Total	**81.979.969**	**70.814.703**	**11.165.266**
13	DEPÓSITOS A PRAZO	17.451.471	9.500.000	7.951.471
131	Deposito a Prazo Bancos Nacionais	17.451.471	9.500.000	7.951.471
1311	Deposito a Prazo BCA	318.777	0	318.777
13112	DO - BCA C/ Nr. 68394216	318.777	0	318.777
1312	Deposito a Prazo CECV	1.632.694	0	1.632.694
13121	CECV-Caixa Económica de Cabo Verde	881.845	0	881.845
13122	CECV-Caixa Económica de Cabo Verde_quotas	750.849	0	750.849
1313	Depósito a Prazo BI	15.500.000	9.500.000	6.000.000
13131	BI_BANCO INTERATLANTICO	15.500.000	9.500.000	6.000.000
	Sub Total	**17.451.471**	**9.500.000**	**7.951.471**
21	CLIENTES	16.219.128	13.049.837	3.169.291
211	Clientesc/c	16.219.128	13.049.837	3.169.291
2111	Clientesc/c em moeda Nacional	3.105.520	1.367.447	1.738.073
211101	Associados São Vicente	2.876.420	1.228.347	1.648.073
211101017	ARMANDO CUNHA, SA - CABO VERDE	364.000	0	364.000
211101047	CONSTRUÇÕES METÁLICAS DE CABO VERDE, LDA	0	32.050	32.050
211101048	COOPENSINO- COOPERATIVA DE ENSINO SUPERIOR	62.150	62.150	0
211101056	DESIGNDECOR, LDA	5.000	0	5.000
211101063	ELECTRA NORTE	153.200	142.200	11.000
211101069	ENACOL- SARL	148.950	146.450	2.500
211101070	ENAPOR, SA - PORTO GRANDE	314.937	120.540	194.397
211101074	FAMA	19.850	14.350	5.500
211101077	FIC- ZONA FRANCA COMERCIAL DE CABO VERDE, S.A	428.673	0	428.673
211101078	FILA'S CATERING, LDA	19.000	0	19.000
211101090	FRESCURA DE BAIA- COMÉRCIO GERAL	1.500	0	1.500
211101091	GARANTIA, COMPANHIA DE SEGUROS DA CABO VERDE, S.A	12.000	0	12.000
211101103	INDP	0	268.000	268.000
211101129	MOAVE, SARL	15.350	15.350	0
211101137	O.J.F.P, LDA	35.800	0	35.800
211101175	SGZ-SOCIEDADE GESTÃO DA Z.I.L.	836.353	0	836.353
211101178	SILMAC, SARL	9.900	0	9.900
211101180	SINA- CONSTRUÇÕES, LDA	7.500	0	7.500
211101183	SOCIEDADE CABOVERDIANA DE TABACOS, S.A	13.750	13.750	0
211101186	SOCIEX, S A	37.647	37.647	0
211101188	SODIGÁS, SARL	8.000	8.000	0
211101198	UNIVERSAL RECTIFICAÇÕES, SOC. UNIPESSOAL	172.260	172.260	0
211101203	VIVO ENERGY CABO VERDE, SA	11.700	11.700	0
211101216	CABNAVE, SARL	23.700	23.700	0
211101217	BAI - BANCO ANGOLANO DE INVESTIMENTO	84.000	84.000	0
211101220	ATUNLO, CV	23.700	23.700	0
211101227	PROLAR - MATERIAIS, SOLUÇÕES E SERVIÇOS, LDA.	13.500	13.500	0
211101232	DOUTVISION	15.000	0	15.000
211101246	TERRA LODGE, LDA	36.000	36.000	0
211101259	EUROFRUT, LDA.	3.000	3.000	0
211102	Associados - Sal	215.600	134.600	81.000
211102002	ÁGUAS PONTA PRETA, LDA	42.000	42.000	0

Conta	Descrição	Débito (Acum.)	Crédito (Acum.)	Saldo (Acum.)
211102007	ASA-SA	48.600	48.600	0
211102023	HOTEL MORABEZA	36.000	36.000	0
211102035	MINI MERCADO "COSTA LIMA"	12.000	0	12.000
211102037	PADARIA SABURA, LDA	26.000	8.000	18.000
211102041	SALCRIOLO- COMERCIALIZAÇÃO SAL, SOC. UNIP., LDA	9.000	0	9.000
211102056	DINAMICA COMERCIO GERAL	12.000	0	12.000
211102061	RODAS - TRANSPORTE, TURISMO, MEDIAÇÃO IMOBILIARIA	4.500	0	4.500
211102062	F&M - TRADING, LDA.	7.500	0	7.500
211102065	CV GOODS SOLUTION	18.000	0	18.000
211103	Associados - Santo Antão	13.500	4.500	9.000
211103010	DISTRIBUIDORA CAVIBEL, LDA	4.500	0	4.500
211103013	FIRMA RAMOS & RAMOS, LDA	4.500	0	4.500
211103044	A3 ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LDA	4.500	4.500	0
211301	INSTITUIÇÕES	13.113.608	11.682.390	1.431.218
211301002	DGCI-Direção Geral Contribuições e Impostos	64.848	0	64.848
211301005	PAICV	17.050	0	17.050
211301009	MICE - MINISTERIO DE INDUSTRIA COMERCIO E ENERGIA	375.320	0	375.320
211301011	PAENCE/OIT	18.000	0	18.000
211301012	NOCMAR	956.000	0	956.000
211301013	CV HANDLING	5.500	5.500	0
211301026	OACV-DELEGAÇÃO REGIONAL DE BARLAVENTO	9.000	9.000	0
211301029	IMP - INSTITUTO MARITIMO PORTUARIO	3.900.000	3.900.000	0
211301030	DIRECÇAO GERAL DO TURISMO E TRANSPORTES	7.767.890	7.767.890	0
	Sub Total	**16.219.128**	**13.049.837**	**3.169.291**
22	FORNECEDORES	6.590.811	7.885.783	1.294.972
221	Fornecedoresc/c	6.590.811	7.885.783	1.294.972
2211	Fornecedoresc/c - Nacionais	6.590.811	7.885.783	1.294.972
22110002	Fonseca & Santos, Lda	694.484	694.484	0
22110003	Sefi, SARL	39.043	39.043	0
22110004	Fly - Viagens e Turismo, Lda	206.628	187.330	19.298
22110008	Barcelo Oasis Porto Grande	199.000	199.000	0
22110009	RTC	11.730	11.730	0
22110010	Livraria Terra Nova	30.530	30.530	0
22110013	Puragua	27.430	29.610	2.180
22110014	Bomba Enacol / Fonte Meio	85.000	90.000	5.000
22110015	Protege	177.263	180.201	2.938
22110016	ELECTRA NORTE	383.047	408.890	25.843
22110017	CV Telecom	843.410	910.388	66.978
22110019	EIC	77.717	77.717	0
22110020	Incentea	371.298	371.298	0
22110023	DIGITAL ELECTRONICOS, LDA	11.490	11.490	0
22110025	Hotel Don Paco, Lda	5.220	5.220	0
22110026	Enapor, SA	332.283	333.640	1.357
22110027	Enacol, SA	360.000	360.000	0
22110031	EIC - Formação	188.002	188.002	0
22110032	CAMARA MUNICIPAL SAO VICENTE	168.640	168.640	0
22110033	ACIF	36.225	36.225	0
22110035	FINGER	172.500	172.500	0
22110038	INKTONER	79.275	79.275	0
22110042	LAVANDARIA KANIMAMBO	7.705	7.705	0
22110045	CLIMAR, LDA	2.876	2.876	0
22110050	TECNICIL INDUSTRIAL	108.218	108.218	0
22110053	SGZ - SOC. DE GESTÃO DA ZONA INDUSTRIAL DO LAZARETO, SA	0	850.000	850.000
22110056	CÂMARA DE COMÉRCIO, INDÚSTRIA E SERVIÇOS DE SOTAVENTO	103.953	238.953	135.000
22110057	RADIO MORABEZA	276.000	276.000	0
22119999	FORNECEDORES DIVERSOS	1.591.844	1.816.818	224.974
	Sub Total	**6.590.811**	**7.885.783**	**1.294.972**
23	FINANCIAMENTOS OBTIDOS	2.640.210	9.668.020	7.027.810
231	Instituições de crédito e sociedades financeiras	2.640.210	9.668.020	7.027.810
2311	Empréstimos bancários	2.640.210	9.668.020	7.027.810
23111	Emprest. Bancários - Bancos Nacionais	2.640.210	9.668.020	7.027.810
231111	Emp. Banc - BCA	2.640.210	9.668.020	7.027.810
23111102	Empréstimos L/prazo - Hipotecários	2.640.210	9.668.020	7.027.810
2311110201	Empréstimos L/prazo - I	1.286.569	4.592.731	3.306.162
2311110202	Empréstimos L/prazo - II	815.069	3.396.592	2.581.523
2311110203	Empréstimos L/prazo - III	538.572	1.678.697	1.140.125
	Sub Total	**2.640.210**	**9.668.020**	**7.027.810**
24	ESTADOS E OUTROS ENTES PÚBLICOS	7.870.868	8.444.466	573.598
243	Retenção de impostos sobre rendimentos	2.797.306	3.023.145	225.839
2431	Trabalho dependente	2.078.443	2.288.906	210.463
2432	Trabalho independente	718.863	734.239	15.376
24321	Residente	718.863	734.239	15.376
248	Contribuições para a Segurança Social	5.073.562	5.421.321	347.759
2481	Instituto Nacional Prev. Social	5.073.562	5.421.321	347.759
248101	INPS - Prev. Social	5.073.562	5.421.321	347.759
	Sub Total	**7.870.868**	**8.444.466**	**573.598**
26	OUTRAS CONTAS A RECEBER E A PAGAR	3.454.663	11.007.546	7.552.883

Conta	Descrição	Débito (Acum.)	Crédito (Acum.)	Saldo (Acum.)
262	Devedores e credores por acréscimos	322.700	268.777	53.923
2621	Devedores por acréscimos de rendimentos	89.978	60.342	29.636
26212	Juros a Receber	77.478	47.842	29.636
26219	Outros Acréscimos de Rendimentos	12.500	12.500	0
2622	Credores por acréscimos de gastos	232.722	208.435	24.287
26229	Outros Acréscimos de Gastos	232.722	208.435	24.287
265	Credores por subscrições não liberadas	0	700.000	700.000
2651	SUBSCRIÇAO CAPITAL NOUTRAS ENTIDADES	0	700.000	700.000
2651001	AFROVERDE	0	700.000	700.000
268	Outros devedores e credores	3.131.963	10.038.769	6.906.806
2683	Devedores p/Cauções Prestadas	0	100.000	100.000
2684	Outros Devedores Diversos	1.555.259	1.683.984	128.725
26841	Outros Devedores Nacionais	1.555.259	1.670.349	115.090
26841607	ALEXANDRE PARIS - DELEGAÇÃO SÃO NICOLAU	162.250	86.400	75.850
26841999	Devedores Diversos	1.393.009	1.583.949	190.940
26842	Outros Devedores Estrangeiros	0	13.635	13.635
26842999	Devedores Diversos	0	13.635	13.635
2685	Credores p/Cauções Recebidas	30.000	0	30.000
2686	Operações c/ Licenciamento Comercial	1.343.500	1.853.350	509.850
26861	Licenciamentos Cobrados	1.189.000	1.189.000	0
26864	Valor depositado a mais	64.500	71.500	7.000
26866	Licenciamentos Por Identificar	90.000	592.850	502.850
2687	Operações com Quotas	128.500	0	128.500
2687004	Quotas Por regularizar	128.500	0	128.500
2689	Outros Credores Diversos	74.704	6.401.435	6.326.731
26891	Outros Credores - Nacionais	74.704	6.401.435	6.326.731
26891601	Fic - Feira Internacional de Cabo Verde	0	827.224	827.224
26891617	Casa Cidadão	350	525	175
26891998	Fornecedores Diversos	0	1.362.976	1.362.976
26891999	Credores Diversos	74.354	4.210.710	4.136.356
	Sub Total	**3.454.663**	**11.007.546**	**7.552.883**
27	PESSOAL	22.683.713	22.667.920	15.793
271	Remunerações a pagar	22.572.304	22.582.314	10.010
2712	Ao pessoal	17.802.404	17.802.404	0
2713	Aos Prestadores de Serviços	4.769.900	4.779.910	10.010
272	Adiantamentos	111.409	85.606	25.803
2722	Ao pessoal	111.409	85.606	25.803
2722003	Maria Lurdes Domingos	20.000	20.000	0
2722008	Ariana Fortes	0	4.107	4.107
2722015	Dora Lopes	91.409	61.499	29.910
	Sub Total	**22.683.713**	**22.667.920**	**15.793**
28	DIFERIMENTOS	2.613.790	5.081.878	2.468.088
281	Gastos a reconhecer	511.003	345.551	165.452
2812	Prémios de Seguros Pagos Antecip.	297.536	148.539	148.997
2819	Outros Gastos a Reconhecer	213.467	197.012	16.455
282	Rendimentos a reconhecer	2.102.787	4.736.327	2.633.540
2829	Outros Rendimentos a Reconhecer	2.102.787	4.736.327	2.633.540
28294	Proempresa - Projeto de Incubadoras SV e SA	1.285.447	610.447	675.000
28295	MINISTÉRIO FINANÇAS - CONTRATO_PROG DELEGAÇÃO COMPETENCIAS	0	2.219.200	2.219.200
28296	MINISTERIO TURISMO/PND	817.340	1.906.680	1.089.340
	Sub Total	**2.613.790**	**5.081.878**	**2.468.088**
41	INVESTIMENTOS FINANCEIROS	7.875.000	5.249.888	2.625.112
414	Investimentos noutras empresas	7.875.000	0	7.875.000
4141	Participações de capital	7.875.000	0	7.875.000
419	Perdas por imparidade acumuladas	0	5.249.888	5.249.888
419001	Perdas por imparidade de investimento financeiro	0	5.249.888	5.249.888
	Sub Total	**7.875.000**	**5.249.888**	**2.625.112**
42	PROPRIEDADES DEINVESTIMENTO	46.187.405	28.612.483	17.574.922
422	Edifícios e outras construções	46.187.405	0	46.187.405
4222	Edifício em Mindelo "CENTRO NEGÓCIO"	27.850.734	0	27.850.734
4223	Edifício "ALTO MIRAMAR"	18.336.671	0	18.336.671
428	Depreciações acumuladas	0	28.612.483	28.612.483
4282	Dep.Acum.Edifícios e Outras Construções	0	20.394.825	20.394.825
4283	Dep.Acum.Outras Propriedade de Investimento	0	8.217.658	8.217.658
	Sub Total	**46.187.405**	**28.612.483**	**17.574.922**
43	ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS	38.747.703	29.217.080	9.530.623
431	Terrenos e recursos naturais	590.257	0	590.257
4311	Aquisição de Terrenos	590.257	0	590.257
431101	Aquisição de Terreno Delegação Sal	61.574	0	61.574
431102	Aquisição de Terreno Delegação Stº Antão	528.683	0	528.683
432	Edifícios e outras construções	14.619.714	0	14.619.714
4321	Aquisição Edifícios	14.619.714	0	14.619.714
432101	Aquisição Edifícios Sede	14.619.714	0	14.619.714
434	Equipamento de transporte	3.600.000	0	3.600.000
4341	Aquisição Equipamento de transporte	3.600.000	0	3.600.000

Conta	Descrição	Débito (Acum.)	Crédito (Acum.)	Saldo (Acum.)
434101	Aquisição Equipamento de transporte Sede	3.600.000	0	3.600.000
435	Equipamento administrativo	16.789.866	0	16.789.866
4351	Aquisição Equipamento administrativo	16.789.866	0	16.789.866
435101	Equipamento administrativo	11.489.814	0	11.489.814
435102	Sala Multimedia	633.532	0	633.532
435103	Sala Arbitragem	4.666.520	0	4.666.520
437	Outros activos fixos tangíveis	3.147.866	0	3.147.866
4379	Outros Ativos Fixos Tangíveis	3.147.866	0	3.147.866
438	Depreciações acumuladas	0	29.217.080	29.217.080
4382	Dep. Acum. Edifícios e outras construções	0	10.308.510	10.308.510
438201	Edifícios Sede	0	10.308.510	10.308.510
4384	Dep. Acum. Equipamento de transporte	0	3.600.000	3.600.000
438401	Viatura Sede	0	3.600.000	3.600.000
4385	Dep. Acum. Equipamento administrativo	0	14.840.739	14.840.739
438501	Equipamento administrativo	0	14.840.739	14.840.739
4387	Dep. Acum. Outros ativos fixos tangíveis	0	467.831	467.831
	Sub Total	**38.747.703**	**29.217.080**	**9.530.623**
44	ATIVOS INTANGÍVEIS	1.377.898	1.377.898	0
443	Programas de computador	1.377.898	0	1.377.898
4431	Aquisição	1.377.898	0	1.377.898
443101	Programa Primavera	1.377.898	0	1.377.898
448	Amortizações acumuladas	0	1.377.898	1.377.898
4484	Amort. Acum. Desp. Investigação e desenvolvimento	0	1.377.898	1.377.898
448405	Programas informaticos	0	1.377.898	1.377.898
	Sub Total	**1.377.898**	**1.377.898**	**0**
45	INVESTIMENTOS EM CURSO	2.078.157	0	2.078.157
455	Propriedades de investimento	2.078.157	0	2.078.157
4552	Edifícios e outras construções	2.078.157	0	2.078.157
455202	Pavilhões "ZIL"	2.078.157	0	2.078.157
	Sub Total	**2.078.157**	**0**	**2.078.157**
58	RESERVAS	0	39.287.626	39.287.626
583	Reservas Livres	0	39.287.626	39.287.626
583001	Fundo Imobilizações/Doações	0	8.239.389	8.239.389
583002	Reservas p/ Investimanto	0	11.173.009	11.173.009
583003	Património da Ex_ACIAB	0	19.875.228	19.875.228
	Sub Total	**0**	**39.287.626**	**39.287.626**
59	RESULTADOS	4.469.097	874.885	3.594.212
591	Resultados Transitados Acumulados(N/distribuídos)	3.594.212	0	3.594.212
5911	Result. Transit. Exercício Transacto	874.885	0	874.885
5912	Resul.Transit. Exercício Anteriores	2.719.327	0	2.719.327
593	Resultado líquido do período	874.885	874.885	0
5933	Resultado líquido-apuramento	874.885	874.885	0
	Sub Total	**4.469.097**	**874.885**	**3.594.212**
61	DESPESAS PROJETOS E ATIVIDADES EMPRESARIAIS	8.067.466	133.197	7.934.269
612	Despesas Atividades Empresariais	8.067.466	133.197	7.934.269
6121	Despesas com Missões	301.495	133.197	168.298
61212	Missões Institucionais	138.190	131.597	6.593
61213	Missões Técnicas	163.305	1.600	161.705
6122	Despesas de Feiras	55.400	0	55.400
61221	Feiras Nacionais	55.400	0	55.400
6124	Despesas com Eventos	312.770	0	312.770
61241	Eventos Internos	45.170	0	45.170
61242	Eventos Prestação Serviço	267.600	0	267.600
6129	Despesas c/Outras Atividades	7.397.801	0	7.397.801
61291	Formação	7.397.801	0	7.397.801
	Sub Total	**8.067.466**	**133.197**	**7.934.269**
62	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	7.902.275	40.120	7.862.155
6211	Água	165.110	822	164.288
6212	Eletricidade	483.739	0	483.739
6213	Combustíveis e outros fluídos	105.700	0	105.700
62131	Gasóleo	95.000	0	95.000
62132	Gasolina	10.700	0	10.700
6214	Conservação e reparação	150.312	0	150.312
6215	Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	1.990	0	1.990
6216	Material de escritório	446.226	0	446.226
6217	Publicidade e propaganda	394.417	0	394.417
6218	Livros e documentação técnica	6.000	0	6.000
6219	Limpeza, higiene e conforto	510.505	0	510.505
6220	Despesas com vistoria	119.602	0	119.602
6221	Rendas e alugueres	1.323.600	0	1.323.600
6222	Despesas de representação	8.100	0	8.100
6224	Comunicação	1.036.650	0	1.036.650
62241	Telefone fixo	182.801	0	182.801
62242	Telefone Móvel	436.123	0	436.123
62243	Internet	393.156	0	393.156
62244	Portes de Correios	24.570	0	24.570

Conta	Descrição	Débito (Acum.)	Crédito (Acum.)	Saldo (Acum.)
6225	Seguros*	180.697	0	180.697
6227	Vigilância e segurança	1.495	0	1.495
6230	Serviços de informática	229.359	0	229.359
6233	Deslocações e estadias	202.117	19.298	182.819
6235	Honorários /Trabalhos Especializados	1.861.224	0	1.861.224
6236	Contencioso e notariado	102.300	20.000	82.300
6237	Serviços Bancários	262.388	0	262.388
6296	Equipamentos de baixo valor	184.904	0	184.904
6297	Apoio a associados/Artigos para oferta	121.510	0	121.510
6298	Outros fornecimentos e serviços	4.330	0	4.330
	Sub Total	**7.902.275**	**40.120**	**7.862.155**
63	GASTO COM O PESSOAL	25.452.435	50.378	25.402.057
632	Remunerações do pessoal	21.704.116	50.378	21.653.738
6321	Remunerações Base/Ordinárias	17.730.541	50.378	17.680.163
63211	Rem. Base - Contrato Sem Termo	17.730.541	50.378	17.680.163
6322	Remunerações Adicionais/Extraordinárias	3.973.575	0	3.973.575
63222	Rem Adic. - Subsídios Férias e Natal	2.270.875	0	2.270.875
6322201	Rem Adic. - Subsídios Férias	1.327.467	0	1.327.467
6322202	Rem Adic. - Subsídios Natal	943.408	0	943.408
63225	Rem. Adic. Subsídio de Chefia	1.494.054	0	1.494.054
6322501	Rem. Adic. Subsídio de Chefia (SG)	447.640	0	447.640
6322502	Rem. Adic. Subsídio de Chefia (GABINETES)	1.046.414	0	1.046.414
63226	Rem. Adic. Subsídio de Caixa	36.766	0	36.766
63227	Rem. Adic. Subsídio de Limpeza	105.576	0	105.576
63229	Outras Remunerações Adicionais	66.304	0	66.304
634	Indemnizações Pagas ao Pessoal	49.385	0	49.385
6342	Indemnizações - Férias não gozadas	49.385	0	49.385
635	Encargos sobre remunerações	3.314.546	0	3.314.546
6351	Encargos C/ a Segurança Social	3.314.546	0	3.314.546
636	Seguros Acidentes Trabalho Doenças Profissionais	57.198	0	57.198
6361	SOAT	57.198	0	57.198
637	Gastos de ação social	87.190	0	87.190
6371	Formação Profissional	880	0	880
6373	Ação Médico-Medicamentosa	1.000	0	1.000
6374	Transporte do Pessoal	82.790	0	82.790
6379	Outros Gastos de Ação Social	2.520	0	2.520
638	Outros gastos com o pessoal	240.000	0	240.000
6383	Estagiários	240.000	0	240.000
	Sub Total	**25.452.435**	**50.378**	**25.402.057**
64	GASTO DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO	3.889.020	0	3.889.020
642	Ativos fixos tangíveis	3.889.020	0	3.889.020
6422	Edifícios e outras construções	2.432.285	0	2.432.285
6425	Equipamento administrativo	1.295.264	0	1.295.264
6429	Outros activos fixos tangíveis	161.471	0	161.471
	Sub Total	**3.889.020**	**0**	**3.889.020**
68	OUTROS GASTOS	626.467	0	626.467
681	Impostos	97.863	0	97.863
6811	Impostos diretos	75.159	0	75.159
68112	Imposto único sobre património	69.959	0	69.959
68113	Imposto de circulação automóvel	3.700	0	3.700
68118	Outros impostos diretos	1.500	0	1.500
6812	Impostos indiretos	22.704	0	22.704
68123	Imposto de selo	22.704	0	22.704
687	Gastos em investimentos não financeiros	408.939	0	408.939
6874	Gastos em propriedades de investimento	408.939	0	408.939
688	Outros Gastos Gerais	119.665	0	119.665
6881	Correções relativas a períodos anteriores	119.665	0	119.665
	Sub Total	**626.467**	**0**	**626.467**
69	PERDAS DE FINANCIAMENTO	790.294	147.617	642.677
691	Juros suportados	790.294	147.617	642.677
6911	Juros Normais de financiamentos obtidos	790.294	147.617	642.677
	Sub Total	**790.294**	**147.617**	**642.677**
71	RECEITAS DE PROJETOS E ATIVIDADES EMPRESARIAIS	428.170	11.502.078	11.073.908
712	Receitas de Atividades Empresariais	0	102.279	102.279
7124	Receitas de Eventos	0	102.279	102.279
71242	Eventos Prestação Serviço	0	102.279	102.279
719	Receitas c/Outras Atividades	428.170	11.399.799	10.971.629
7191	Formação	428.170	9.548.250	9.120.080
7193	Fee Gestão de Projetos	0	1.851.549	1.851.549
	Sub Total	**428.170**	**11.502.078**	**11.073.908**
72	RECEITAS DE ATIVIDADES CORRENTES	460.000	30.445.923	29.985.923
721	Joais e Quotas	268.000	10.958.000	10.690.000
7211	Joias	1.000	17.000	16.000
7212	Quotas	267.000	10.941.000	10.674.000
722	Licenciamento comercial	192.000	19.429.000	19.237.000
7221	Licenciamentos cobrados (90%)	72.000	9.130.000	9.058.000

Conta	Descrição	Débito (Acum.)	Crédito (Acum.)	Saldo (Acum.)
7222	Vistoria	120.000	10.299.000	10.179.000
726	UTILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E SALAS	0	25.098	25.098
7264	VIDEO CONFERENCIA	0	25.098	25.098
728	Outras receitas correntes	0	33.825	33.825
7282	OUTRAS RECEITAS NÃO ESPECIFICADAS	0	33.825	33.825
	Sub Total	**460.000**	**30.445.923**	**29.985.923**
78	OUTROS RENDIMENTOS	9.000	4.985.684	4.976.684
786	Rendimentos nos restantes investimentos financeiros	0	53.013	53.013
7862	Juros	0	50.102	50.102
7863	Diferenças de câmbio favoráveis	0	2.911	2.911
787	Rendimentos em investimentos não financeiros	9.000	4.847.879	4.838.879
7873	Rendas e outros rendimentos em propriedades de inv	9.000	4.847.879	4.838.879
788	Outros Rendimentos Gerais	0	84.792	84.792
7881	Correções relativas a períodos anteriores	0	84.792	84.792
	Sub Total	**9.000**	**4.985.684**	**4.976.684**
	Total	**310.045.010**	**310.045.010**	**0**

[5.9] **Legislação** publicada em **2021**

Lei nº 111/IX/2021:

Procede à primeira alteração à Lei n.º 60/IX/2019, de 29 de julho, que tem por objeto a extinção do *International Support For Cabo Verde Stabilization Trust Fund*, criado pela Lei n.º 69/V/98, 17 de agosto e, consequentemente, a extinção dos Títulos Consolidados de Mobilização Financeira (TCMF) detidos pela Direção Geral do Tesouro e, ainda, revoga o número 7 do artigo 7º da Lei n.º 65/IX/2019, de 14 de agosto, que cria o Fundo Soberano de Garantia do Investimento Privado.

Lei nº 113/IX/2021:

Procede à segunda alteração à Lei nº 97/IX/2020, de 23 de julho, que estabelece a medida excecional e temporária de proteção dos postos de trabalho, no âmbito da pandemia da COVID-19, através do regime simplificado de suspensão de contrato de trabalho.

Resolução nº 5/2021:

Aprova as medidas para a retoma da atividade física e desportiva oficiais no país e retoma imediata dos treinos, com exceção das ilhas em situação de calamidade, mediante o cumprimento das recomendações e validação das autoridades competentes em Cabo Verde

Resolução nº 4/2021:

Decreta a situação de calamidade na ilha de São Vicente e de contingência na ilha do Fogo, bem como prorroga esta mesma situação nas demais ilhas do arquipélago e, ainda, altera as normas aplicáveis às atividades artísticas e culturais e introduz a possibilidade de conversão da atividade de discotecas, clubes e pub dancings em lounge bar.

Decreto-lei nº 4/2021:

Procede à terceira alteração ao Decreto-lei n.º 38/2020, de 31 de março, alterado pelos Decretos-leis n.ºs 45/2020, de 21 de abril, e 65/2020, de 1 de setembro, que estabelece medidas excecionais de proteção dos créditos das famílias, empresas, municípios, instituições particulares de solidariedade social, associações sem fins lucrativos e demais entidades da economia social, bem como um regime especial de garantias pessoais do Estado.

Resolução nº 9/2021:

Procede à segunda alteração à Resolução nº 58/2020, de 30 março, que aprova um conjunto de medidas dirigidas à proteção social das famílias e à proteção do rendimento dos que operam no setor informal da economia e que ficam afetados pelas medidas restritivas de combate ao novo coronavírus, a COVID-19

Decreto nº 3/2021:

Aprova o Acordo de Financiamento celebrado entre a República de Cabo Verde e a Associação Internacional de Desenvolvimento, com objetivo manter e aumentar o acesso ao financiamento às Micro, Pequenas e Médias Empresas no contexto económico face à COVID-19.

Decreto nº 4/2021:

Aprova o Acordo de Financiamento celebrado entre a República de Cabo Verde e a Associação Internacional para o Desenvolvimento, relativamente ao Projeto de Resposta a Emergências COVID-19

Resolução nº 20/2021:
Prorroga a situação de calamidade na ilha de São Vicente, bem como a situação de contingência nas demais ilhas do arquipélago.

Resolução nº 35/2021:
Decreta a situação de contingência na ilha de São Vicente, bem como prorroga esta mesma situação nas demais ilhas do arquipélago, com base na evolução da situação epidemiológica no país.

Resolução nº 36/2021:
Aprova a adoção de medidas adicionais de compensação financeira para a manutenção de preços dos Produtos Alimentares de Primeira Necessidade (PAPN) durante o período da pandemia da COVID-19.

Resolução nº 38/2021:
Procede à segunda alteração à Resolução nº 138/2020, de 12 de outubro, que autoriza, com efeitos a partir de zeros horas do dia 12 de outubro de 2020, o tráfico aéreo e marítimo comercial de passageiros, com destino e a partir de Cabo Verde

Despacho nº 14/2021:
Cria o Comité Nacional de Gestão de Manifestações Adversas Pós Imunização (MAPI), o Comité Sub nacional MAPI, e a Equipa Técnica Nacional de Investigação.

Decreto-lei nº 29/2021:
Procede à primeira alteração ao Decreto-lei nº 64/2018, de 20 de dezembro, que estabelece as normas a que deve obedecer a realização do Recenseamento Geral da População e Habitação 2020

Resolução nº 52/2021:
Define a nova estratégia de financiamento do Programa de Requalificação, Reabilitação e Acessibilidades (PRRA), em face ao novo contexto decorrente da crise provocada pela pandemia Covid-19.

Portaria nº 34/2021:
Garante a inscrição no CSU, dos potenciais beneficiários do RSO pré-cadastrados na plataforma de Pré-cadastramento do CSU aquando dos estados de Emergência declarados no país.
Resolução nº 55/2021:
Decreta a situação de calamidade nas ilhas de Santo Antão, São Vicente, São Nicolau, Sal, Boa Vista, Maio, Santiago e Fogo, com base na evolução da situação epidemiológica no país.

Resolução nº 58/2021:
Cria o Núcleo de Coordenação Operacional, órgão executivo da Comissão Nacional de Coordenação para a introdução da vacina contra a COVID-19.

Resolução nº 59/2021:
Prorroga a situação de calamidade nas ilhas de Santo Antão, São Vicente, São Nicolau, Sal, Boa Vista, Maio, Santiago e Fogo, e decreta a mesma situação na Brava, com base na evolução da situação epidemiológica no país

Resolução nº 60 /2021:
Aprova a adoção de medidas adicionais de compensação financeira para a estabilização e manutenção de preços dos Produtos Alimentares de Primeira Necessidade (PAPN) durante o período da pandemia da COVID-19

Decreto-lei nº 48/2021:
Procede à quarta alteração ao Decreto-lei nº 38/2020, de 31 de março, alterado pelo Decreto-lei nº 45/2020, de 21 de abril, Decreto-lei nº 65/2020, de 1 de setembro, e pelo Decreto-lei nº 4/2021, de 15 de janeiro, que estabelece medidas excecionais de apoio e proteção de famílias, empresas, municípios, instituições particulares de solidariedade social, associações sem fins lucrativos e demais entidades da economia social, por força dos impactos económicos e financeiros da contração da atividade económica decorrente da pandemia da doença COVID-19

Resolução nº 73/2021:
Prorroga a situação de calamidade nas ilhas de Santo Antão, São Vicente, São Nicolau, Sal, Boa Vista, Maio, Santiago, Fogo e Brava, com base na evolução da situação epidemiológica no país.

Decreto nº 7/2021:
Aprova o Acordo de Financiamento celebrado entre a República de Cabo Verde e a Associação Internacional para o Desenvolvimento, relativamente ao Terceiro Financiamento Adicional para o Projeto de Resposta de Emergência à pandemia da COVID-19 em Cabo Verde.

Decreto-Lei nº 54/2021:
Procede à quinta alteração ao Decreto-lei n.º 38/2020, de 31 de março, que estabelece medidas excecionais de apoio e proteção de famílias, empresas, municípios, instituições particulares de solidariedade social, associações sem fins lucrativos e demais entidades da economia social, por força dos impactos económicos e financeiros da contração da atividade económica decorrente da pandemia da doença COVID-19.

Retificação nº 129/2021:
Retificando a publicação feita de forma inexata no Boletim Oficial Suplemento nº 75, I Série, de 30 de julho de 2021, da Resolução nº 78/2021 que declara a situação de contingência em todo o país, com base na evolução da situação epidemiológica, aprova a admissibilidade do Certificado COVID, enquanto documento comprovativo do baixo risco de o seu titular ser doente COVID-19 ativo e medida de facilitação da livre circulação e da realização de atividades no contexto da pandemia da COVID-19, e aprova o regime de emissão, verificação e aceitação de Certificados COVID de Cabo Verde e de reconhecimento de Certificados COVID emitidos por países terceiros ou instituições multilaterais.

Decreto-lei nº 55/2021:
Aprova o regime excecional e temporário, no âmbito da pandemia da doença COVID -19, relativo ao pagamento do prémio de seguro e aos efeitos da diminuição temporária do risco nos contratos de seguro decorrentes de redução significativa ou de suspensão de atividade.

Resolução nº 82/2021:
Aprova a exigência de apresentação de teste RT-PCR ou de antigénio negativo válido, a cada catorze dias, ou do Certificado COVID de Vacinação, aos trabalhadores e prestadores de serviços públicos e privados que efetuam atendimento ao público ou que tenham contacto direto com o público, bem assim aos que com eles partilham espaços de uso comum e meios de transporte de serviço, enquanto medida de proteção da saúde pública e de reforço da vacinação, face à COVID-19.

Resolução nº 84/2021:
Cria a Equipa de Trabalho do Programa Integrado de Ações de Mobilização e de Sensibilização para Vacinação contra a Covid-19.
Resolução nº 91/2021:
Prorroga a situação de contingência em todo o país, com base na evolução da situação epidemiológica e do processo de vacinação contra a COVID-19.

Resolução nº 98/2021:
Declara a situação de alerta em todo o território nacional, com base na evolução da situação epidemiológica e do processo de vacinação contra a COVID-19.
Resolução nº 107/2021:
Aprova o documento das Contribuições Nacionalmente Determinadas de Cabo Verde no âmbito do Acordo de Paris e da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas

Resolução nº 108/2021:
Estabelece a obrigatoriedade de apresentação de resultado negativo de teste RT-PCR ou de teste rápido de antigénio para despiste de infeção pela COVID-19 para efeitos de entrada no território nacional.

Resolução nº 112/2021:
Aprova a Minuta da Convenção de Estabelecimento a celebrar entre o Estado de Cabo Verde e a Mindelgolf & Resort, S.A
Resolução nº 113/2021:
Aprova a Estratégia para a Governação Digital de Cabo Verde para o período 2021 a 2024.

Resolução nº 114/2021:
Estende o prazo para apresentação de pedidos de regularização extraordinária, ao abrigo do regime excecional de regularização extraordinária da situação de cidadãos originários de países da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) e da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), bem como dos demais cidadãos que se encontrem a residir em território nacional sem a necessária autorização legal.

Resolução nº 116/2021:

Declara a situação de contingência em todo o país, estabelece a obrigatoriedade de apresentação de resultado negativo de teste de despiste, para efeitos de participação em eventos e festas, acompanhada da apresentação obrigatória de Certificado COVID de vacinação ou de recuperação e aprova a admissibilidade do Certificado COVID de recuperação, enquanto documento comprovativo do baixo risco de o seu titular ser doente COVID-19 ativo e medida de facilitação da livre circulação e da realização de atividades, no contexto da pandemia da COVID-19.

Portaria nº 54/2021:
Aprova o documento detalhado do Programa de Mitigação dos Resultados do Ano Agrícola 2021/2022.

Republicação nº 178/2021:
Republicando a publicação feita de forma inexata no Boletim Oficial nº 117, I Série, de 25 de novembro de 2021, a publicação da Portaria nº 53/2021 que aprova o Plano de Ordenamento Turístico de Alto Mira

Retificação nº 189/2021:
Retifica a Resolução nº 99/2020, que aprova o Plano de Acão Nacional de Género no Acesso a Energia em Cabo Verde.

Retificação nº 190/2021:
Retifica e Republica a publicação feita de forma inexata no Boletim Oficial nº 123, I Série, Suplemento, de 14 de dezembro de 2021, referente a Resolução nº 113/2021 que aprova a Estratégia para a Governação Digital de Cabo Verde para o período 2021 a 2024, segue em anexo a sua retificação e republicação na íntegra.

Decreto-lei nº 79/2021:
Define os termos e as condições para o acesso à profissão e o exercício da atividade de cuidador de infância.

Decreto-lei nº 80/2021:
Define os termos e as condições para o acesso à profissão e o exercício da atividade de cuidador de pessoa idosa ou pessoa com deficiência em situação de dependência.

Decreto-lei nº 81/2021:
Isenta de pagamento de quaisquer taxas emolumentares, consulares e ou outros montantes devidos na instrução de processos de atribuição de nacionalidade, nos processos de suprimento de omissão de registo bem como na emissão do primeiro Cartão Nacional de Identificação decorrente do processo de nacionalidade.

Portaria conjunta nº 61/2021:
Estabelece o regime das taxas devidas pela emissão, substituição e entrega do Green Card e define o modelo de formulário de requerimento para o pedido, renovação e substituição do Green Card.

Portaria nº 62/2021:
Aprova o modelo do Green Card, enquanto Título de Residência Permanente, com os devidos requisitos de segurança.

Lei nº 4/X/2021:
Aprova o Orçamento do Estado para o ano económico de 2022

Lei nº 5/X/2021:
Procede à alteração de alguns artigos da Lei n.º 55/IX/2019, de 1 de julho, que estabelece as Bases do Orçamento do Estado, definindo os princípios que regulam a sua formulação, programação, aprovação, execução, avaliação, controlo e responsabilização.

Resolução nº 26/X/2021:
Aprova o Orçamento Privativo da Assembleia Nacional para o ano económico de 2022.